



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAIMUNDO CRUZ DA SILVA

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E BILÍNGUE DO POVO KAMBEBA:
Apontamentos sobre a cultura linguística, específica e diferenciada

MANAUS –AM

2024

RAIMUNDO CRUZ DA SILVA

**EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E BILÍNGUE DO POVO KAMBEBA:
Apontamentos sobre a cultura linguística, específica e diferenciada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Hellen Cristina Picanço Simas.

Financiadores do PPGE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

MANAUS –AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586e Silva, Raimundo Cruz da
Educação Intercultural e Bilingue do Povo Kambeba :
apontamentos sobre a cultura linguística, específica e diferenciada /
Raimundo Cruz da Silva . 2024
63 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Hellen Cristina Picanço Simas
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Conhecimento Tradicionais. 2. Práticas Pedagógicas
Interculturais. 3. Escola Indígena. 4. Povo Kambeba. I. Simas,
Hellen Cristina Picanço. II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

Folha de Aprovação

RAIMUNDO CRUZ DA SILVA

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E BILÍNGUE DO POVO KAMBEBA: Apontamentos sobre a cultura linguística, específica e diferenciada

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Data da Defesa: 11/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Hellen Cristina Picanço Simas – Orientadora
PPGE/UFAM
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Edviges Alburquerque – UFNT
Membro Externo

Profa. Dra. Nayana Cristina Gomes Teles – PPGE/UFAM
Membro Interno

DEDICATÓRIA

A meus queridos pais, Waldemir da Silva e Diamantina Cruz, a minha esposa Vania Lima e aos meus três filhos Raynete, Raylene, Ramilson e ao meu povo Kambeba da aldeia Três Unidos, que são dignos de toda minha gratidão por não terem desistido de sonhar com um futuro melhor para mim e por ainda estarem ao meu lado dando todo apoio que preciso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que por sua graça e misericórdia, que me concedeu saúde e proteção para chegar até o final dessa empreitada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pela oportunidade de aperfeiçoamento profissional no Curso de Mestrado, em especial aos professores pelos ensinamentos, assim como a equipe técnica pelo apoio.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Hellen Cristina Picanço Simas, pelas orientações e contribuições, mas principalmente por aceitar me orientar, mesmo ciente de minhas limitações.

RESUMO

A preservação da cultura e da identidade do povo Kambeba enfrenta desafios crescentes devido às transformações contemporâneas, como o avanço tecnológico e a globalização, que afetam seu modo de vida e autopercepção. Essas mudanças impactam a afirmação identitária, a luta por direitos e o acesso aos serviços, como educação e trabalho. Nesse cenário, a escola indígena desempenha um papel essencial, pois é o espaço onde a interculturalidade pode ser consolidada e a identidade Kambeba fortalecida. Logo, o objetivo geral desta pesquisa é discutir a educação intercultural e bilíngue no contexto da Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se desdobra em cinco objetivos específicos: (I) registrar a história da educação intercultural Kambeba da Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua, (II) conhecer os desafios para a construção de uma educação intercultural e bilíngue, (III) evidenciar as características da educação intercultural desenvolvida no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Kanata T-ykua (IV) e nas práticas docentes dos professores indígenas que atuam na escola. (v) identificar as lacunas/deficiências da atuação do poder público na efetivação da implementação de políticas para educação intercultural Kambeba. Com estes objetivos, buscou-se responder as seguintes perguntas: Qual a história da educação intercultural Kambeba da comunidade de Três Unidos e como a citada educação pode contribuir para a construção identitária do povo Kambeba em sua relação com a sociedade envolvente? A partir da questão principal, procuramos responder as questões que irão nortear a investigação: Qual a história da educação Kambeba? Quais as características da educação intercultural desenvolvida no Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua? Quais os desafios enfrentados pelos líderes Kambeba para a construção de uma educação intercultural, bilíngue e como a educação escolar indígena pode contribuir para a construção identitária do povo Kambeba em sua relação com a sociedade envolvente? O referencial teórico são os estudos de Valéria Weigel (2000), Paredes (1996), Mariana Ferreira (2001) e Catherine Walsh (2007). Os procedimentos metodológicos utilizados foram da pesquisa documental e da pesquisa narrativa, com uso do instrumento relato de experiência. A questão metodológica pautou-se na pesquisa documental e relato de experiência com abordagem qualitativa, devido à impossibilidade de realizar pesquisa de campo durante uma pandemia. Foram analisados documentos da escola indígena Kanata T-ykua e registros de convivência com os Kambeba. A análise se baseou em narrativas autobiográficas e pesquisa bibliográfica para embasar o referencial teórico. Conclui-se que, este trabalho analisa a educação intercultural e bilíngue do povo Kambeba na aldeia Três Unidos, destacando a Escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua como central na revitalização da língua e cultura Kambeba. A escola promove a reafirmação identitária através de projetos societários que integram saberes tradicionais e conhecimentos científicos. O estudo enfatiza a importância da escola na valorização das tradições, no fortalecimento da identidade e na mobilização para garantir os direitos indígenas, além de destacar a resistência contínua dos Kambeba frente à negação de sua presença e direitos.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais; Práticas pedagógicas interculturais; Escola indígena. Povo Kambeba.

RESUMEN

La preservación de la cultura y la identidad del pueblo kambeba se enfrenta a retos cada vez mayores debido a las transformaciones contemporáneas, como los avances tecnológicos y la globalización, que afectan a su modo de vida y su autopercepción. Estos cambios repercuten en la afirmación de la identidad, la lucha por los derechos y el acceso a servicios como la educación y el trabajo. En este contexto, la escuela indígena juega un papel fundamental, ya que es el espacio donde se puede consolidar la interculturalidad y fortalecer la identidad kambeba. El objetivo general de esta investigación es discutir la educación intercultural y bilingüe en el contexto de la Escuela Municipal Indígena Kanata T-ykua. Para alcanzar este objetivo, la investigación tiene cinco objetivos específicos: (I) registrar la historia de la educación intercultural Kambeba en la Escuela Municipal Indígena Kanata T-ykua, (II) conocer los desafíos de la construcción de la educación intercultural y bilingüe, (III) destacar las características de la educación intercultural desarrolladas en el Proyecto Político Pedagógico de la Escuela Municipal Kanata T-ykua, (IV) y en las prácticas pedagógicas de los profesores indígenas que trabajan en la escuela, (V) identificar los vacíos/deficiencias en las acciones de las autoridades públicas en la implementación de políticas para la educación intercultural Kambeba. Con estos objetivos en mente, buscamos responder a las siguientes preguntas: ¿Cuál es la historia de la educación intercultural Kambeba en la comunidad de Tres Estados y cómo podemos contribuir a que esta educación construya la identidad del pueblo Kambeba en su relación con la sociedad circundante? A partir de la pregunta principal, se buscó responder las preguntas que guiarían la investigación: ¿Cuál es la historia de la educación Kambeba? ¿Cuáles son las características de la educación intercultural desarrollada en el Proyecto Político Pedagógico de la Escuela Municipal Indígena Kanata T-ykua? ¿Cuáles son los desafíos que enfrentan los líderes kambeba en la construcción de una educación intercultural y bilingüe y cómo la educación escolar indígena puede contribuir a la construcción de la identidad del pueblo kambeba en su relación con la sociedad circundante? El marco teórico se basa en los estudios de Valéria Weigel (2000), Paredes (1996), Mariana Ferreira (2001) y Catherine Walsh (2007). Los procedimientos metodológicos utilizados fueron la investigación documental y la investigación narrativa, utilizando el instrumento del informe de experiencia. La cuestión metodológica se basó en la investigación documental y en un informe de experiencia con un enfoque cualitativo, debido a la imposibilidad de realizar una investigación de campo durante una pandemia. Se analizaron documentos de la escuela indígena Kanata T-ykua y registros de la convivencia con los Kambeba. El análisis se basó en relatos autobiográficos e investigación bibliográfica para apoyar el marco teórico. En conclusión, este trabajo analiza la educación intercultural y bilingüe del pueblo Kambeba en la aldea Três Unidos, destacando la Escuela Municipal Indígena Kanata T-Ykua como central para la revitalización de la lengua y cultura Kambeba. La escuela promueve la reafirmación de la identidad a través de proyectos sociales que integran el conocimiento tradicional y el conocimiento científico. El estudio subraya la importancia de la escuela en la valoración de las tradiciones, el fortalecimiento de la identidad y la movilización para garantizar los derechos indígenas, además de destacar la resistencia permanente de los kambeba a la negación de su presencia y sus derechos.

Palavras-chave: Conocimientos tradicionales; practicas pedagógicas interculturales; Escuela indígena. Pueblo Kambeba.

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazonia Brasileira
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
MEC	Ministério da Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SIL	<i>Summer Institute of Linguistics</i>
SPI	Serviço de Proteção ao Índio

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1. Escola Municipal Kanata T-ykua	13
Figura 2. As Espiritualidades Kambeba.....	19
Figura 3. Grafismo Kambeba	20
Figura 4. Restaurante Kambeba	21
Figura 5. Pousada da aldeia.....	22
Figura 6. Centro de artesanato Kambeba.....	23
Figura 7. Posto indígena de saúde.....	24
Figura 8. Cemitério da aldeia	24

Sumário

INTRODUÇÃO	12
SEÇÃO 1 - QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	19
1.2 Problema de Pesquisa	25
1.3 Hipótese	26
1. 4 Procedimentos de coleta de dados	26
1. 5 Procedimentos de coleta de análise de dados	27
SEÇÃO 2 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL.....	28
2.1 Educação Escolar Indígena: definição.....	28
2.2 Cultura e Identidade: a base de uma educação intercultural.....	30
2.3 A interculturalidade na formação e prática docente: o que é e como se implementa? ...	31
SEÇÃO 3 – EDUCAÇÃO ESCOLAR KAMBEBA DA COMUNIDADE INDÍGENA TRÊS UNIDOS.....	36
3.1 História da Educação Escolar Kambeba.....	36
3.2 Desafios da Educação Escolar Kambeba.....	41
3.3 O Projeto Político Pedagógico da escola Kambeba de Três Unidos	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS – ATAS DE REUNIÕES DA ESCOLA KANATA T-YKUA.....	57

INTRODUÇÃO

A luta pela preservação da cultura e identidade do povo indígena Kambeba se revela cada vez mais desafiadora em meio às transformações da era contemporânea. O avanço tecnológico e a crescente globalização impactam diretamente o modo de vida e a autopercepção dos Kambeba, levando a uma ressignificação de sua identidade cultural. Essas mudanças influenciam especialmente nas esferas da afirmação identitária, da reivindicação de direitos e do acesso a serviços essenciais, como a educação e o mercado de trabalho. Nesse contexto, o papel da escola indígena torna-se crucial, pois é nela que se pode consolidar a interculturalidade e fortalecer a identidade Kambeba.

A Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua, localizada na aldeia Três Unidos, é um exemplo desse espaço de interculturalidade, onde se articulam saberes tradicionais e conhecimentos ocidentais. Essa escola desempenha uma função vital na preservação da cultura Kambeba ao integrar práticas educativas que respeitam e promovem o bilinguismo, o que inclui tanto a língua materna Kambeba quanto o português. Assim, a educação intercultural e bilíngue nessa instituição não só atende às demandas educacionais contemporâneas, mas também atua como um mecanismo de resistência cultural e fortalecimento identitário.

O objetivo geral desta pesquisa é discutir a educação intercultural e bilíngue no contexto da Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua. A escola, como um espaço de ensino diferenciado, busca equilibrar a manutenção das tradições Kambeba com as exigências do mundo moderno, criando um ambiente educativo que promova tanto a valorização cultural quanto a inserção dos alunos em um contexto mais amplo de cidadania e desenvolvimento social. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se desdobra em cinco objetivos específicos: (I) registrar a história da educação intercultural Kambeba da Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua, (II) conhecer os desafios para a construção de uma educação intercultural e bilíngue, (III) evidenciar as características da educação intercultural desenvolvida no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Kanata T-ykua (IV) e nas práticas docentes dos professores indígenas que atuam na escola. (v) identificar as lacunas/deficiências da atuação do poder público na efetivação da implementação de políticas para educação intercultural Kambeba.

A escola indígena em estudo é a Escola Municipal Kanata T-ykua, que, em língua portuguesa, significa “luz do saber”, a qual está localizada na aldeia Três Unidos, no rio Cuieiras, afluente do Rio Negro, Município de Manaus.

Figura 1. Escola Municipal Kanata T-ykua



Fonte: Arquivo particular do autor, 2022.

As expedições europeias dos séculos XVI e XVII encontraram diversos povos indígenas vivendo na várzea do Amazonas, entre eles o Omágua/Kambeba, também conhecido como “povo das águas”, um dos povos mais numerosos da época. Porém, o processo de colonização o atingiu fortemente, chegando a ser considerado um povo extinto no século XVIII. Entretanto, nas últimas décadas do século XX, por meio dos movimentos indígenas, o povo Kambeba ressurge e, segundo dados do Censo de 2010, sua população vem aumentando ao longo dos anos, visto que, no ano de 1982, apresentava um quantitativo de 54 (cinquenta e quatro) indígenas e, em 2010, chegou a 780 (setecentos e oitenta) indígenas, distribuídos no médio e alto Solimões e baixo Rio Negro. Conforme pesquisas históricas do final do século XX, a origem do povo, hoje habitante do território brasileiro, é uma região do Peru, localizada nas proximidades de Lima (Maciel; Benedito, 2007).

Em 16 de novembro de 1991, três famílias indígenas do povo Kambeba migraram da Aldeia Jaquiri no médio Solimões, para a margem esquerda do Rio Cuieiras, na desembocadura do baixo Rio Negro, a 60 km de Manaus. As famílias deixaram a aldeia em busca de tratamento médico para o tuxaua e patriarca da família Cruz. Assim, deram início à fundação da Aldeia Nossa Senhora da Saúde, hoje Comunidade Indígena Três Unidos. Desde 1991, os moradores sobrevivem dos trabalhos com agricultura e da produção de artesanatos, os quais são vendidos aos turistas que visitam a comunidade, o que se consolidou como o principal meio de sobrevivência da aldeia. Até os tempos atuais, a comunidade vive de acordo com a cultura Kambeba, praticando seus rituais, suas danças, preparando suas comidas tradicionais,

cultivando as plantações e praticando a pesca e a caça, apenas para consumo próprio (Maciel; Benedito, 2007).

Atualmente, as mulheres mantêm uma feira de artesanato, na qual cada família tem espaço para expor os seus produtos. A maioria das famílias vive da produção de artesanato e da agricultura, outros são funcionários públicos e há, ainda, os que trabalham com turismo, que também faz parte da economia da comunidade. Atualmente a aldeia desenvolve o turismo de base comunitária, onde funciona uma pousada e um restaurante para atender os visitantes que querem provar e conhecer a culinária indígena Kambeba.

Na aldeia residem, atualmente, 32 (trinta e duas) famílias, totalizando 120 (cento e vinte) indígenas da etnia Kambeba, incluindo adultos, crianças e adolescentes. Localizada em um local privilegiado pela natureza, cercada por praias e mata virgem, a comunidade convive em harmonia com a fauna e a flora e seus moradores primam pela organização, limpeza e preservação do meio ambiente. Os mais idosos são falantes da língua Kambeba, enquanto os mais jovens estão em processo de aprendizagem dela: a maioria entende a língua indígena, mas não falam a língua Kambeba de forma fluente.

Com recursos próprios da comunidade, foi construído, no ano de 1995, o Centro Social, onde são realizadas as festividades, reuniões da comunidade, apresentações culturais e outras atividades. Outro exemplo de esforço da comunidade foi a construção da Capela do Divino Espírito Santo, essa foi erguida em 2004 também, com recursos comunitários. A Secretaria de Saúde Indígena construiu em 2005, um Posto de Saúde, considerado o Polo Base de saúde indígena por atender as populações indígenas da região do Rio Cuieiras e adjacências. Além dessa instituição, estão inseridas, no contexto da comunidade, a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), que atende e cuida da saúde do povo da comunidade e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a qual é responsável pelo funcionamento da educação escolar indígena.

A comunidade Kambeba está localizada no Território Etnoeducacional Baixo Amazonas, em uma terra que se encontra em processo de demarcação pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), órgão responsável pelo processo de regularização das terras indígenas. Todas as terras indígenas Kambeba na região do rio Solimões estão demarcadas e homologadas, somente a terra da aldeia Três Unidos no rio Negro ainda está em processo de demarcação. Na região do Médio rio Solimões entre o município de Tefé, Alvarães e Uarini, existem mais 05 (cinco) aldeias do povo Kambeba, onde o povo também vive da agricultura e da pesca para sua sobrevivência. Os professores Kambeba trabalham com projetos pedagógicos

nas escolas indígenas, os quais objetivam revitalizar e fortalecer a língua Kambeba e os saberes tradicionais do seu povo.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o indígena¹ como pessoa provida de direitos e deveres como todo cidadão brasileiro e como membro de uma comunidade e de um grupo, isto é, como membro de uma coletividade que é titular de direitos coletivos e especiais. Isto significa que o Estado deve não apenas garantir a existência das populações indígenas, e sim contribuir eficazmente para a implementação, reafirmação e valorização de suas culturas e línguas (Brasil, 1988).

Para que seja preservada a unificação dos procedimentos na relação entre Estado Nacional e os povos indígenas, a Constituição assegura, no artigo 210, às comunidades indígenas, no Ensino Fundamental regular, o uso de suas línguas indígenas e os processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngue em suas escolas. O artigo 215 define como dever do Estado a proteção das manifestações culturais indígenas. A escola se constitui, assim, instrumento de valorização dos saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, que devem ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras (Brasil, 1988).

A convivência intercultural com os outros povos indígenas e não indígenas não interferiu de forma demasiada na identidade cultural do povo Kambeba. Esse povo ainda mantém sua cultura, suas tradições e anseia por uma educação específica, diferenciada, intercultural e fortalecida, em especial com a valorização da língua Kambeba para se tornar a primeira língua desse povo.

Destaca-se que, durante séculos, a educação formal serviu ao ideal colonizador e foi assimilacionista, sendo um instrumento responsável pela negação, opressão e extinção de milhares de línguas e culturas indígenas. Por isso, hoje, a escola precisa ser espaço para a revitalização das línguas indígenas e valorização das culturas originárias (Weigel, 2000). Já há extensa legislação que embasa a educação escolar indígena e a legitimou, assegurou o direito dos povos indígenas a uma educação que respeita as especificidades de cada povo.

¹ Capítulo VIII – Dos Índios. Este marco representa importante conquista aos índios, sobretudo o reconhecimento dos índios a terem direitos as suas terras. Uma vez que o Estado Nacional, ao reconhecer esse direito, reconhece também sua originalidade nas terras brasileiras, antes da colonização, consequentemente reconhece sua cultura, modo de vida de produção, de reprodução da vida social e maneira de ver o mundo (Brasil, 1988).

O interesse e motivação para desenvolver essa pesquisa vem do interesse de cunho identitário e profissional: sou descendente do povo indígena Kambeba e atuou como professor na aldeia Kambeba. Tenho a vontade de continuar sempre aprendendo, cada vez mais, para contribuir de forma profissional e como cidadão com o meu povo Kambeba. Nasci na aldeia Jaquiri, no médio Solimões, no município de Uarini no ano de mil nove cento e setenta e cinco. Morei lá com os meus pais durante 05 (cinco) anos. Meu pai, trabalhava como agente de saúde na aldeia e minha mãe como agricultora. Meus pais tinham 06 (seis) filhos para criar e educar.

Quando comecei a frequentar a escolar da aldeia, tinha 03 (três) anos de idade. Nessa época, a aldeia precisou ser dividida em duas partes, por isso a metade migrou para outra terra indígena chamada Igarapé Grande e a outra metade ficou na aldeia Jaquiri. Minha família foi uma das que se mudou para a aldeia Igarapé Grande, lá moramos 8 (oito) anos, lá continuei meus estudos até a quarta série do ensino fundamental. No ano de 1991, passei a estudar na Escola Estadual Gilberto Mestrinho na zona urbana de Alvarães, lá estudei a quinta série do ensino fundamental, mais não conclui por motivo de uma tragédia na família. Meus pais perderam uma filha de 04 (quatro) anos, fato trágico que os desgostaram de residir na aldeia e, por isso, fomos morar em Manaus, em 1991. Minha família passou 03 (três) meses morando em Manaus, durante esse tempo, meus irmãos e eu trabalhamos vendendo picolé nas ruas de Manaus para ajudar no sustento da família. Nesse ano, não conseguir estudar em nenhuma escola de Manaus. Nessa época, meu pai trabalhava fazendo diária de serviços gerais.

No dia 16 de setembro de 1991, a minha família retornou para um terreno que era dos meus tios na região do rio Negro, boca do rio Cuieiras, onde já haviam deixado há 11 (onze) anos. Então, nessa terra com o nome de Três Unidos, iniciou mais uma etapa de luta para minha família Kambeba. No ano de 1993, mais famílias chegaram da aldeia Igarapé Grande e houve a necessidade de uma escola para alfabetizar 25 (vinte cinco) crianças da localidade. O tuxaua Valdomiro Cruz Kambeba e o vice tuxaua Waldemir da Silva solicitaram da prefeitura municipal de Novo Airão a implantação de uma escola para a comunidade e a contratação de professores indígenas, da própria aldeia.

Diante desta necessidade, a comunidade mobilizou-se em prol da indicação do meu nome para atuar como professor da escola da comunidade. Nessa época, eu tinha 14 (quatorze) anos de idade. Por isso, a secretária de educação não concordou com a ideia de eu assumir o cargo, por ser menor de idade. Então as lideranças indígenas da aldeia fizeram um acerto interno com a secretaria, no qual eu assumisse a sala de aula para lecionar, mas o contrato fosse feito

no nome do meu pai, ficando responsável em receber o pagamento. Este acordou permaneceu durante 04 (quatro) anos, ou seja, até eu completar 18 (dezoito) anos.

Cabe pontuar que esse período não foi nada fácil, pois enfrentamos vários desafios, dentre esses a falta de estrutura mínima de funcionamento de uma escola. Começamos a lecionar embaixo de árvores, sem nenhum apoio de materiais didático, o que nos levou a utilizar os elementos disponibilizados pela natureza, como por exemplos: galhos de árvores, sementes, folhas, dentre outros recursos naturais. O quadro de giz da época era uma adaptação de um pedaço de compensado medindo 1m, usávamos carvão e gesso para escrever. Assim, conseguimos alfabetizar as crianças da aldeia.

No ano de 1996, a prefeitura de Novo Airão, só então, resolveu construir uma pequena escola: um prédio de madeira, medindo 09 (nove) metros de comprimento e 06 (seis) metros de largura. Ele foi dividido em uma sala de aula e em um depósito destinado a guardar mantimentos da merenda escolar. No ano de 2000, ingressei no programa do Governo Federal, no Instituto de educação do Amazonas- IEA, nomeado de Programa de Formação para professores em exercício, PRO-FORMAÇÃO, que tinha o objetivo de formar professores em exercício que não tinham formação em ensino médio. Nessa perspectiva, professores que atuavam na docência e não possuíam a formação em nível médio, como no nosso caso, que só havíamos cursado a quinta série na época.

Em 2008, ingressei na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), cursamos Pedagogia Intercultural Indígena, o qual concluímos no ano de 2013. Mesmo com inúmeras dificuldades para acessar e permanecer na universidade, enfrentamos as adversidades e conseguimos continuar estudando e trabalhando, em prol do fortalecimento da identidade cultural do meu povo Kambeba.

Em 2009, a aldeia deliberou sobre a construção de um novo prédio para a escola e, sem ajuda de nenhum órgão público, foi construído o novo prédio de madeira com duas salas de aulas, a secretaria da escola, uma cozinha e um refeitório.

No período entre os anos de 1994 e 2012, atuamos como professor na educação infantil, do 1º ao 5º ano e na educação de jovens e adultos. Em 2013, fomos eleitos como gestor da escola, atuamos neste cargo até a presente data. Todo esse tempo fizemos parte do movimento indígena do estado do Amazonas, sobretudo estivemos lutando em prol da causa da educação escolar indígena para nossa aldeia, na qual resido até os dias atuais. Desde pequeno, tive um grande sonho de ser professor e revitalizar os saberes tradicionais do meu povo e com essa

oportunidade de ser professor da minha aldeia foi uma oportunidade de começar a lutar e desenvolver a educação específica e diferenciada para a minha aldeia.

Por todos esses anos de experiência na educação escolar indígena, resolvemos elaborar um projeto para concorrer uma vaga no mestrado em educação no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Logrei aprovação no referido programa com o tema do projeto: **EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E BILÍNGUE DO POVO KAMBEBA: Apontamentos sobre a cultura linguística, específica e diferenciada**. Essa aprovação nos proporcionou bastante motivação para continuar na luta pela educação escolar indígena Kambeba da aldeia Três Unidos – rio Negro.

A seguir apresentamos os resultados e discussões desta pesquisa, que estão divididas em 03 (três) capítulos, a saber: o primeiro discute o que é a educação escolar indígena intercultural, que trata da história do povo Kambeba. O segundo apresenta a metodologia da pesquisa e o último aborda sobre a temática referente a educação escolar Kambeba, mostrando sua história e o papel dos líderes para a construção e implementação de uma educação intercultural junto ao povo Omágua.

SEÇÃO 1 - QUESTÕES METODOLÓGICAS

O povo Kambeba da aldeia Tres Unidos vive na margem do rio Negro, com as casas umas próximas às outras, os tipos de casa são de alvenaria, madeira ou mista, o povo vive da agricultura, caça e pesca e, principalmente, da produção de artesanato, que são comercializados para os turistas que visitam a aldeia. Na aldeia, tem o centro de artesanato Kambeba, onde todas as famílias que trabalha com artesanato têm um local para realizar suas vendas.

Na aldeia, a maioria são católicos, por isso, desde o ano de 2003, foi construída a igreja do Divino Espírito Santo, onde todos os anos é realizado o festejo Divino Espírito Santo com festa dançante, futebol, ladainha, missa e também é oferecida a janta para todos convidados. São três dias de muito lazer. No mês de outubro, acontece o festival da cultura Kambeba, são três dias de apresentações da cultura kambeba. São apresentações como, a dança da onça, *chamauary*, *waka may pitani*, *atawari*, são usado bebidas tradicionais como caisuma feito da macaxeira, pajauru feito da mandioca, aluar feito do abacaxi dentre outras tipo de bebidas, assim como as comidas tradicionais Kambeba como o *fani* a *pupeka*, a *mujica*. Os rituais para os benzimentos também são muito procurado pelo visitante que vão participar do festival, a conexão com os espírito da natureza é de grande importancia para esses visitantes, onde eles se sente muito protegido pela ser espiritual kambeba que são chamdo pelos kambeba de Tururukari e karuara. O *tururukari* é um ser espiritual da floresta e a *karuara* é um ser espiritual da água, por isso são de grande importancia na protenção contra a maldade sobre o povo Kambeba.

Figura 2. As Espiritualidades Kambeba



Fonte: arquivo pessoal (2022).

Nesse dia, foi uma apresentação do resultado do projeto pedagógico desenvolvido na escola com todos os alunos. Esse projeto teve o objetivo de fortalecer e de potencializar a espiritualidade do povo Kambeba, valorizando os pajés existente na aldeia. O tuxaua na figura anterior é um grande conhecedor da espiritualidade e cura da cultura Kambeba, então ele foi convidado a fazer parte do projeto da escola para repassar seus conhecimentos aos alunos da escola. Na ocasião da apresentação, ele fez um benzimento de cura em uma criança que estava com um problema de saúde. Então esses eventos são para que o povo Omagua/Kambeba venha a fortalecer a sua cultura e manter de forma potente a valorização desses conhecimentos sem deixar em segundo plano a educação do povo Kambeba.

Para os Kambeba, esses projetos desenvolvidos na escola/aldeia de valorização dos conhecimentos tradicionais e dos conhecimentos universais são muito importantes para a construção mais potente da educação intercultural Kambeba e bilíngues. Os alunos que participam dessas manifestações culturais estão sendo preparados para serem as futuras lideranças e indígenas professores da aldeia e outros profissionais que a aldeia precisa. Diante disso, entendemos que a luta de (re)afirmação do povo Kambeba continua na atualidade, mesmo com a grande influência da sociedade não indígena, que ainda continua a não respeitar e negar os direitos dos povos indígenas. Por isso, os Kambeba continuam na luta para valorização de seus aspectos socioculturais e identitários, sempre unidos contra as discriminações dos colonizadores da atualidade.

Para manter a sua cultura viva, o povo Kambeba continua em processo de revitalização dos seus saberes tradicionais. Por meio do projeto pedagógico da escola com o tema a revitalização do grafismo tradicional kambeba, as crianças e os jovens kambeba aprendem o significado de cada grafismos assim como aprendem a confeccionar o grafismo.

Figura 3. Grafismo Kambeba



Fonte: arquivo pessoal (2023).

O grafismo Kambeba potencializou, cada vez mais, o fortalecimento da identidade das crianças, jovens e adultos Kambeba. O grafismo da figura acima representa a conexão do povo Kambeba com a água e com a floresta, por isso no grafismo acima temos duas sucuri e dois jacaré, que são animais que para o povo Kambeba vive tanto na terra como na água, por isso tem uma representatividade muito importante para os povos da água o povo Omagua/Kambeba. Esse grafismo de ser usados nas roupas tradicionais e como pinturas corporais Kambeba. O grafismo do povo Kambeba tem sido um objeto muito importante, principalmente na manutenção da cultura indígena Kambeba e também para mostra a sociedade envolvente que estão vivo e firme para lutar de forma organizada pelos seus direitos.

A educação intercultural Kambeba também é um elo de valorização das comidas tradicionais kambeba. Na atualidade, o povo Kambeba tinha sido esquecido das suas alimentação tradicional e por meio do projeto de educação intercultural e bilíngues na escola Kanata T-ykua, a alimentação kambeba foi implantada na escola com o objetivo de revitalizar as comidas tradicionais Kambeba. Nesse processo, foi muito importante a participação dos anciões da aldeia para repassar esses conhecimentos para as crianças e os jovens da aldeia. No repasse desses conhecimentos, foram importantes a descoberta de alimentos que a bastante tempo estavam sendo esquecidos e deixados de ser consumidos pelo povo Kambeba, tais como: o *fani*, a *pupeka* e a *mujica*, que são alimentos que eram muito usados pelo povo Kambeba. Com a participação dos pais dos alunos no desenvolvimento do projeto, o grupo de pais teve a ideia de se unir e construir um restaurante indígena na aldeia para atender os visitantes que vinham a procura de alimentação na aldeia, onde o restaurante pudesse oferecer comidas indígenas e não indígenas, já que a aldeia é muito visitada por pessoas brasileiras e estrangeiras.

Figura 4. Restaurante Kambeba



Fonte: arquivo pessoal (2022).

Atualmente o restaurante indígena Kambeba com o nome *Sumimi*, que na língua portuguesa significa japiim, está funcionando e atendendo os clientes brasileiro e estrangeiro, sendo oferecido como prato principal o fai e a pupeka Kambeba, e se tornou uma fonte de renda e sustentabilidade para o povo indígena Kambeba da aldeia Três Unidos e mantendo a revitalização, o fortalecimento e a manutenção da cultura Kambeba por meio da comida tradicional kambeba.

O povo Kambeba da aldeia Três Unidos vive da sustentabilidade do turismo de base comunitária e com a grande demanda de visitante a procura de hospedagem na aldeia. O povo Kambeba construiu com suas próprias condições uma pousada para hospedar os visitantes vindo de outros estados e até mesmo de outros países.

Figura 5. Pousada da aldeia



Fonte: arquivo pessoal (2022).

A figura anterior mostra os hóspedes chegando para passar um período hospedado e fazer a vivência na aldeia Kambeba. Além de oferecer a hospedagem também é oferecido a alimentação, contação de história, trilha na mata, passeio no parque nacional de anavilhanas, dança Kambeba, pinturas corporais dentre outras atividades.

Essas atividades só fortalecem os saberes tradicionais Kambeba e também se tornam uma fonte potente de sustentabilidade, assim com a educação intercultural e bilíngue se fortalece na vida dos Kambeba de Três Unidos. A língua Kambeba tem se fortalecido, cada vez mais, por meio dessas atividades que vem sendo desenvolvidas no cotidiano do povo Kambeba. O turismo de base comunitária se torna uma atividade muito importante na vivência dos Kambeba e faz com que todos se mantenham residindo na sua aldeia, cuidando e lutando pela educação intercultural, bilíngue, saúde indígena, sustentabilidade e preservação do seu território e da sua cultura.

Para potencializar a sustentabilidade e manter os moradores na aldeia, a fabricação de artesanato e a venda para os visitantes são uma fonte de renda muito importante para os Kambeba. Para os Kambebas, os artesanatos não só servem para fonte de renda mais também para fortalecer os conhecimentos tradicionais, que são repassado de geração em geração ou de pai para filho, isso mostra o fortalecimento e a manutenção dos saberes tradicionais Kambeba.

Figura 6. Centro de artesanato Kambeba



Fonte: arquivo pessoal (2023).

Atualmente os Kambebas da aldeia Três Unidos se organizaram e construíram um centro de artesanato Kambeba para fazer as vendas para os visitantes. Todas as quartas-feiras, das oito às dez horas da manhã, visitam o espaço, em média, 150 turistas. Eles chegam até a aldeia pelo hotel flutuante da empresa IBEROSTAR AMAZON. Na chegada, os Kambeba fazem a

recepção com a palestra do tuxaua Waldemir, que apresenta a aldeia e também o grupo de musical Kambeba, que canta o hino nacional brasileiro na língua Kambeba.

A aldeia Kambeba tem o polo base de saúde, que é referência de atendimento à saúde indígena de sete aldeias na região do baixo rio Negro e o rio Cuieiras. O polo de saúde foi construído no ano de 2006 pela parceria entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazonia Brasileira (COIAB).

Figura 7. Posto indígena de saúde



Fonte: arquivo pessoal (2023).

Atualmente o polo de saúde é composto por uma equipe multidisciplinar, formada por médico, dentista, técnico de enfermagem, enfermeira, agente de saúde, agente e saneamento básico.

Por fim, na aldeia há um cemitério da aldeia, que, além de ser um local sagrado para os Kambeba, é também um atrativo para os visitantes conhecerem a sua história e dos antigos Kambeba, que foram sepultados neste local, como o tuxaua Waldomiro Cruz e sua esposa Acenciona dos Santos.

Figura 8. Cemitério da aldeia



Fonte: arquivo pessoal (2023).

Hoje o povo Kambeba se dedica a cuidar do lugar onde seus ancestrais foram sepultados.

1.2 Problema de Pesquisa

A escola foco da investigação denomina-se Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua, localizada na Comunidade Três Unidos, no Rio Cuieiras, afluente do Rio Negro que compõe a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista. É uma comunidade indígena muito visitada por turistas e pesquisadores em busca de aventuras e respostas às suas curiosidades acadêmicas acerca do povo Kambeba. A escola é composta por funcionários da própria comunidade, ou seja, todos são indígenas do povo Kambeba. Faz parte do distrito rural da secretaria municipal de educação e pela Gerência de educação escolar indígena de Manaus GEEI. No entanto, está não difere dos trâmites pedagógicos e de avaliação das escolas regulares da rede. A única diferença é que ela trabalha a parte diversificada do currículo comum, referente aos saberes culturais do povo Kambeba, por meio de projetos pedagógicos que são acompanhados pela Gerência de Educação Escolar Indígena-GEEI. Portanto, é um trabalho rico, mas desafiador, para a construção de práticas educativas interculturais que deem conta dos anseios da secretaria e das necessidades do povo Kambeba.

A partir do que foi exposto, buscamos responder a seguinte pergunta epistemológica: Qual a história da educação intercultural Kambeba da comunidade de Três Unidos e como a citada educação pode contribuir para a construção identitária do povo Kambeba em sua relação com a sociedade envolvente? A partir da questão principal, procuramos responder as questões que irão nortear a investigação: Qual a história da educação Kambeba? Quais as características da educação intercultural desenvolvida no Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua? Quais os desafios enfrentados pelos líderes Kambeba para a

construção de uma educação intercultural, bilingue e como a educação escolar indígena pode contribuir para a construção identitária do povo Kambeba em sua relação com a sociedade envolvente?

1.3 Hipótese

Temos como hipótese a ideia de que a educação intercultural, bilingues Kambeba venha a contribuir para revitalizar, fortalecer e manter a língua indígena Kambeba e fortalecer as políticas pública e linguísticas na aldeia, preservar a organização social, intercultural, trabalhar com sustentabilidade na aldeia, fortalecer a identidade indígena Kambeba, fazer surgir ou formar novas lideranças para aldeia e para o movimento indígena, melhorar a saúde, conquistar direitos de territórios, e manter a organização indígena fortalecida para educação intercultural Kambeba.

1. 4 Procedimentos de coleta de dados

Utilizou-se a pesquisa documental, e o relato de experiência com abordagem qualitativa que consiste na análise dos documentos que registram o cotidiano do processo educativo e administrativo da escola indígena Kanata T-ykua, como as atas de reunião do projeto político pedagógico da escola Kambeba. Para Gil (2008), a pesquisa documental se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, e que ainda podem ser reelaborados de acordo com os tratamentos da pesquisa.

A escolha da pesquisa documental e o relato de experiência com abordagem qualitativa, foi uma alternativa encontrada diante da realidade da pandemia do COVID-19, que impediu a realização da pesquisa de campo na aldeia Três Unidos. Então ficou limitado, e a nova proposta metodológica foi fazer uma pesquisa documental, bem como a utilização de material, principalmente fotos, que armazenamos durante anos de convivência com os Kambeba da aldeia Três Unidos durante atuação como diretor da Escola Indígena Municipal Kanata T-ykua. Todo o material produzido durante os anos de convivência junto aos Kambeba da aldeia Três Unidos serviu como fonte para a construção deste capítulo do presente trabalho.

1. 5 Procedimentos de coleta de análise de dados

Já os procedimentos de análise terão base na análise de narrativa autobiográfica. A análise da narrativa autobiográfica consiste em fazer pesquisa documental e a análise de dados dos relatos de experiência com a abordagem qualitativa.

Também utilizou os procedimentos de análise da pesquisa bibliográfica na parte de discussão do referencial teórico. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar.

SEÇÃO 2 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL

2.1 Educação Escolar Indígena: definição

A escolarização dos povos indígenas foi impulsionada, inicialmente, pela catequização efetivada pelos missionários no período da colonização. Isso desencadeou processos diferentes na Amazônia, tanto de desvalorização das línguas indígenas, costumes e saberes tradicionais, desencadeando um sentimento de não pertencimento à identidade indígena em muitos povos tradicionais, mas também muitos povos tiveram o sentimento de resistência e luta, pois a apropriação da língua portuguesa e de conhecimentos ocidentais possibilitou a articulação em busca de direitos sociais (Meliá, 2020; Weigel, 2000). Segundo a citada pesquisadora dos povos da Amazônia, os interesses desses missionários pelos nativos transcendiam a questão da cristianização, pois tais ordens religiosas se configuravam como empresas prontas a explorar os indígenas visando, sobretudo, o acúmulo de riquezas para o governo colonizador (Meliá, 2020; Weigel, 2000).

Segundo Ferreira (2001), o processo histórico da educação escolar indígena no estado brasileiro pode ser dividido em 04 (quatro) fases. A primeira fase se inicia com período colonial e se estende até os meados de 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio. Período mais extenso, que objetivou aniquilar a diversidade cultural indígena e promover sua exploração.

A segunda fase, teve início a partir de 1910 e se estendeu até os meados de 1960. Nesse período, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a política de ensino da Fundação Nacional do Índio (FUNAI,) em que houve a articulação com missões religiosas e com o *Summer Institute of Linguistics* (SIL). Após cerca de quatro séculos de extermínio, houve uma preocupação com a diversidade linguística e cultural dos povos originários em seu processo de educação escolar (Meliá, 2020; Weigel, 2000).

Segundo Ferreira (2001), a terceira fase, que compreende os finais da década de 60 até a década de 70, enfatizou a formação de projetos alternativos de educação escolar para os povos indígenas. A participação de organizações não governamentais em prol da causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Comissão Pró-Índio, dentre outras e ainda os encontros de educação para indígenas. A OPAN e o CIMI eram voltados para a prestação de serviços no

âmbito da educação escolar para os indígenas (Meliá, 2020; Weigel, 2000). As inquietações em torno da questão indígena deram início aos encontros ou assembleias de diversas etnias.

Os anos 80 marcam a quarta fase pela iniciativa dos próprios indígenas que passaram a reivindicar uma política de educação escolar voltada aos seus interesses comuns e especificidades étnicas e culturais. Mesmo diante do regime militar, as lideranças e representantes da sociedade indígena brasileira, iniciaram um período de organização e de articulação política no intuito de solucionar problemas comuns, relacionados a questões da defesa do território, do respeito à diversidade linguística e cultural, do direito à assistência médica eficaz e de processos educacionais específicos e diferenciados ((Meliá, 2020; Weigel, 2000; Ferreira, 2001). Assim, a partir dessas articulações, os direitos adquiriram força de lei, assegurados na Constituição Federal de 1988, que se tornou propulsora da elaboração de diversas políticas públicas para os povos indígenas.

Segundo pensamos, a educação escolar indígena é um processo educativo em construção, uma escola construída a partir da perspectiva educativa, sociocultural e política dos povos indígenas. Isso vem de encontro a um passado de negação, alienação e silenciamento das identidades indígenas na escola e na sociedade, como ocorreu no período de colonização e perdurou até a Constituição Federal de 1988. A partir desse documento, criou-se uma série de legislações que embasam a educação específica e diferenciada em suas formas próprias de ser e de fazer educação.

Na perspectiva de Weigel (2000), a educação escolar indígena necessita ser pensada construindo-se relações entre a cultura dos povos indígenas e a cultura da sociedade envolvente, uma vez que “[...] a aquisição e a apropriação das ferramentas da linguagem, em língua materna e em L2 (segunda língua), constituem um grande e denso emaranhado de questionamentos e possibilidades em ambas as culturas” (Weigel, 2000, p. 62). A autora destaca a importância da interculturalidade na construção das práticas da escola indígena.

Outra pesquisadora da área da educação escolar indígena, Tassinari (2001) define as escolas indígenas enquanto espaços de trânsito, troca e articulação de conhecimentos em que também se revela como espaço de “incompreensões e redefinições” das identidades dos diversos grupos envolvidos em tal processo tanto índios como não índios (Tassinari, 2001, p.50).

Por outro lado, Paredes (1996) considera relevante no processo educativo da escola indígena a prática da reflexão das problemáticas sociais vivenciadas pelas próprias

comunidades, pois tal atitude a faz uma educação diferenciada. Defende que uma educação propriamente indígena precisa ser intercultural e bilíngue, a fim de reconhecer e valorizar a identidade indígena. Pensamento que corrobora com Meliá (2000), que defende que a escola indígena deve praticar a interculturalidade.

2.2 Cultura e Identidade: a base de uma educação intercultural

Adotamos para fundamentar o nosso pensamento sobre a cultura e sua relação intrínseca com a identidade a corrente da Antropologia, que a concebe enquanto visão não essencialista de cultura, pois está em constante transformação no decorrer das relações entre os diferentes povos e a sociedade envolvente, globalizada. Na visão de Cuche (2000, p.179), numa abordagem culturalista, "a questão biológica não é mais considerada determinante, e sim, a herança cultural, ligada à socialização do indivíduo no interior de seu grupo cultural". Porém, o resultado é quase o mesmo, pois segundo esta abordagem, o indivíduo é levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, até o ponto de se identificar com seu grupo de origem.

Para Kroeber *apud* por Laraia (2004, p. 45), o “[...] homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam”. Logo, o uso desse acervo culturalmente acumulado possibilita o surgimento de inovações, que decorrem do esforço coletivo humano. Mas essa acumulação de saberes e de conhecimentos só se torna possível ao homem pela sua capacidade comunicativa da linguagem.

O antropólogo Geertz *apud* Laraia (2004, p.62) concebe a cultura enquanto sistema simbólico. Para ele, a cultura não é “[...] um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, instruções [...] para governar o comportamento”. Assim, os homens são aptos geneticamente para receber a cultura (programa), a qual ele faz analogia a um programa de computador. Significados e símbolos compartilhados entre os indivíduos, o que ele denomina padrão cultural, são públicos e não privados, padrões repensados criativamente pelos homens. Dessa forma, inferimos que a cultura é um sistema organizado de símbolos significantes, é produção cultural, sendo também produção simbólica.

Segundo Laraia (2004), a cultura é dinâmica e experimenta transformações internas e externas, de acordo com os significados construídos e internalizados pelos grupos sociais, a partir da simbolização. Essas mudanças ocorrem interna e externamente, a primeira é resultado

da dinâmica do sistema cultural, já a segunda, resulta do contanto interétnico. Logo, a cultura é instrumento de humanização, é simbolização, construção de sentidos, significados, construção e expressão dos conhecimentos humanos.

Na visão de Woodward (2000, p. 38) a identidade é “[...] produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares”. A identidade é relacional e demarca a diferença, sua construção é social e simbólica no contexto das representações, esta que é construída na cultura. Assim, é nessa relação de fronteira que a identidade se posta por contraste, em que o sujeito assume ou não sua identidade indígena, pois a fricção do contraste traz consigo possibilidades diversas de escolhas identitária.

Ainda para Woodward (2000, p.18-19) “A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar; entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade”. Então, a partir desse pensamento, a identidade é produção cultural. Nesse processo de aprendizagem dos sistemas culturais de seu grupo, operacionalizada pela educação, o indivíduo constrói sua identidade, a partir dos símbolos, significados e sentidos que lhes são ensinados. Daí a importância da escola indígena na construção da identidade de seu povo, a saber, do povo indígena Kambeba aqui focado.

2.3 A interculturalidade na formação e prática docente: o que é e como se implementa?

De acordo com Geertz (1989), o termo cultura indica um sistema de significados e símbolos nos termos do qual a interação social ocorre. O cientificismo nos processos pedagógicos, por sua vez, tem forte relação com a formação inicial dos professores, ou seja, aquela que acontece dentro das universidades. Isto porque a maneira como esses futuros profissionais são formados nessas instituições influenciará na forma como vê, compreende e se identifica com a ciência determinando, na grande maioria dos casos, a seleção dos conteúdos e formas metodológicas de trabalhá-los nas suas práticas pedagógicas (Maldaner, 2000; Baptista, 2012).

Assim, se, na formação inicial do professor indígena, os conteúdos científicos forem trabalhados como verdades únicas e absolutas, sem provocar o diálogo com outros modos de conhecer e explicar a natureza, é possível que a sua futura prática pedagógica também seja cientificista. É importante destacar que não apenas a formação inicial do professor é responsável pelo seu desempenho com relação à compreensão da ciência. Várias razões podem ajudar, como, por exemplo, as condições de trabalho (Gatti, 2010). Os ambientes das escolas, muitas

vezes, refletem as características físicas e comportamentais de indivíduos que dela fazem parte. Neste contexto, a escola indígena carrega suas especificidades e pedagogias próprias. Tais misturas formam as culturas escolares que, por sua vez, influenciam as práticas pedagógicas. Assim, se a cultura escolar está imbuída no cientificismo, certamente a prática pedagógica dos professores indígenas também seguirá o cientificismo (Baptista; Carvalho, 2012).

Sobre a interculturalidade crítica, Catherine Walsh (2007) a conceitua

A interculturalidade crítica [...] é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. [...], é um projeto de existência, de vida (Walsh, 2007, p. 8).

É nesse contexto de pensar a educação escolar indígena na perspectiva intercultural crítica que concebemos enquanto caminho viável que coadune com o pensamento e os anseios dos povos indígenas da Amazônia, especialmente o povo indígena Kambeba, da Comunidade Três Unidos em Manaus. É nesse fazer que se estabelecem o diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes ocidentais. Trata-se de uma perspectiva de vai de encontro a toda forma de colonização de saberes, colonização das escolas indígenas por meio do sistema dominante (Walsh, 2007).

A formação de professores indígenas tem sido foco da ciência devido à complexidade que envolve seu fazer educativo, ao aspecto de ser professor indígena, adquirindo destaque a partir das normas legais de regulamentação da educação escolar indígena. Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), promulgou o Parecer CNE nº 14, de 14 de setembro de 1999a, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, e a Resolução CNE nº 03, de 10 de novembro de 1999b, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas (Brasil, 1999a, 1999b). Segundo a resolução, a escola indígena obedece a “[...] normas e ordenamentos jurídicos próprios” (Brasil, 1999b, art. 1º), em consonância com a organização social de cada grupo étnico. No que tange a formação de professores, o parecer, expressa que a formação de professores indígenas deve ser oferecida pelas Instituições de Ensino Superior em que a formação e a qualificação sejam efetivadas em cursos específicos para as realidades em que irão atuar, sendo “[...] especialmente planejados para o trato com as pedagogias indígenas” (Brasil, 1999a, p. 200).

O pesquisador e antropólogo indígena Gersem Baniwa (2009) aponta esse novo quadro no cenário nacional, de professores com nível superior de ensino, como aposta das comunidades indígenas na inovação da prática da educação escolar vigente em tais comunidades, tal inovação é relevante para contribuir na resistência, luta e retomada da autonomia em seus projetos.

Paredes (1996) defende uma formação de professores indígenas de ótima qualidade, em que este desenvolva e domine as aptidões do ensino, os conhecimentos e tenha clareza acerca da interculturalidade. Quanto ao processo de ensino, considera importante o domínio primeiramente da língua falada e posteriormente da língua escrita indígena. Considera importante que se priorize a alfabetização e o domínio escrito e falado da língua indígena, para posteriormente inserção da segunda língua.

Na visão de Dalmolin (2004), a formação dos professores indígenas, assim como a educação escolar deve ser pensada em conjunto com suas culturas, tradições, cosmovisões e línguas. A escola só faz sentido para os indígenas quando os instrumentaliza em favor de suas lutas no contato com a sociedade envolvente, devendo proporcionar àqueles a compreensão necessária das estruturas dessa sociedade, bem como dos caminhos para a conquista da autonomia e dos direitos.

Seguindo a visão citada, Lucíola Cavalcante (2003, p. 14) defende que a escola é instrumento decisivo “[...] na reconstrução e afirmação das identidades sociopolítico-culturais dos povos indígenas”. Expõe a urgência na questão do projeto político-pedagógico das escolas indígenas, assim como de sua construção coletiva e permanente e que expresse a dinâmica e as tensões vivenciadas pelos professores indígenas no cotidiano de suas práticas.

Quanto à questão da prática educativa, Libâneo (2002) expõe a importância da reflexividade como articulação entre ação/reflexão/ação como elemento que deve fazer parte da formação profissional do educador. Para ele, o professor aprende sua profissão por vários caminhos, tanto com as teorias quanto com a própria experiência, quer seja na formação inicial ou continuada, as capacidades e competências inerentes ao exercício profissional de professor estão incluídas nos objetivos desse processo de aprendizagem. Assim, pressupõe a construção de uma prática pedagógica autônoma e criativa, da qual a reflexão é elemento fundamental. “A reflexividade é uma autoanálise sobre nossas próprias ações, que pode ser feita comigo mesmo ou com os outros” (Libâneo, 2002, p. 55).

A responsabilidade e o compromisso do professor indígena no âmbito de sua atuação são cruciais na construção de uma educação diferenciada que possibilite a emancipação de seus

sujeitos. Práticas reflexivas que transformem o modo de pensar o mundo, por parte do professor e de seus estudantes, no processo de construção de conhecimentos de sua própria cultura e dos saberes ocidentais. A interculturalidade, nesse sentido, é fundamental, pois as escolas indígenas representam espaços de luta, resistência e a busca de autonomia na construção do conhecimento, na formação sociocultural e política dos indígenas, visando prepará-los para lidar com os conflitos, preconceitos e imposições da sociedade majoritária.

Na década de 90, com o projeto de educação para a comunidade indígena Três Unidos no rio Cuieira - rio Negro. As lideranças da comunidade solicitaram o apoio para a fundação e a regulamentação da escola da comunidade. Na época, a escola da aldeia se tornou uma escola anexa de uma escola não indígena, o que causou a indignação do grupo de lideranças da comunidade, além de ser escola anexas, ainda era reconhecida como escola rural ribeirinha, deixando de atender os anseios e projetos de educação intercultural do povo Kambeba. No ano de 2007, a prefeitura de Manaus juntos com a secretária de educação abriu o primeiro processo seletivo para a contratação de professores indígenas de Manaus com a intenção de atender os anseios do projeto de educação escolar indígena das escolas. Com a contratação dos professores efetivada nas escolas o professor indígena da escola Kanata t-ykua começou seu grande desafio, que foi trabalhar com projetos societários revitalizar os conhecimentos tradicionais do povo indígena Kambeba. Nesse período, a educação escolar indígena era desenvolvida por meio dos projetos societários, em que o professor indígena, muitas vezes, tentava vincular os conteúdos do currículo formal da escola não indígena com os conteúdos dos saberes tradicionais. Outros desafios da educação intercultural Kambeba foram relacionados aos planejamentos das aulas, plano mensal, plano anual e o plano diário para a sistema de ensino da secretaria de educação, porque os conteúdos dos saberes tradicionais não eram validos para o sistema de ensino da educação rural. O professor indígena e as lideranças que tanto lutava e luta até hoje pela educação intercultural indígena, isso se tornaria mais um grande desafio a ser superados com a força do movimento indígena. O diário de classe diferenciado ainda até hoje é um grande desafio a ser superado pela escola do povo Kambeba, assim como o calendário escolar diferenciado que ainda precisar ser elaborado e aprovado pela secretaria de municipal de educação.

O professor indígena Kambeba precisa ser resistente em manter seus projetos de aprendizagem que valorizem os conhecimentos tradicionais. Precisa saber planejar suas aulas, de forma que atenda à realidade da aldeia e a respeite. Adquirir os conhecimentos tradicionais com os anciões da aldeia é o papel essencial para o professor indígena se organizar no seu

projeto de educação da escola/aldeia. Os anciões da comunidade indígena Três Unidos são os grandes especialistas em saberes tradicionais, os conhecimentos repassados por eles fortalecem a identidade das crianças, jovens e adultos da comunidade. Na educação intercultural da aldeia, os anciões são convidados para sala de aula ou fora da sala de aula para ensinar sobre os seus conhecimentos tradicionais adquirido durante a sua vivência com o seu povo.

A educação intercultural entre o povo Kambeba, conforme descrito, se caracteriza por práticas pedagógicas que transcendem os limites da sala de aula, envolvendo tanto o ambiente escolar quanto o espaço comunitário. Os professores indígenas desempenham um papel importante nesse processo, articulando o ensino da língua Kambeba e do português com os conteúdos exigidos pela SEMED, ao mesmo tempo em que integram saberes tradicionais que refletem a cosmovisão e a cultura Kambeba.

A interculturalidade na educação Kambeba é expressa pela valorização das histórias ancestrais, práticas culturais e modos de vida próprios do povo Kambeba. Dentro desse contexto, as histórias antigas e rituais são transmitidos oralmente, reforçando o vínculo dos alunos com sua ancestralidade. O ensino de práticas como a caça, a pesca, a agricultura e as brincadeiras tradicionais conecta o cotidiano escolar com as experiências culturais vividas na aldeia, permitindo que os alunos reconheçam o valor dessas atividades em suas vidas.

A arte e a espiritualidade também ocupam um lugar central na educação Kambeba. A transmissão de conhecimentos sobre pinturas, grafismos e artesanato ensina técnicas e símbolos que carregam significados profundos, associados à identidade cultural do povo. Da mesma forma, a espiritualidade é fortalecida por meio de ensinamentos sobre os rituais e a preservação dos territórios sagrados, promovendo uma educação que se entrelaça com o fortalecimento das crenças e da relação dos Kambeba com a natureza.

Essa abordagem pedagógica, ao integrar o currículo formal com a educação comunitária, assegura que os alunos tenham não só acesso ao conhecimento ocidental, mas também à preservação e valorização dos saberes tradicionais. A educação intercultural, assim, contribui para a formação de cidadãos Kambeba que conseguem transitar entre diferentes mundos, sem perder de vista sua identidade cultural e espiritual. Dessa forma, a escola se torna um espaço de resistência e perpetuação da cultura Kambeba, ao mesmo tempo em que promove o diálogo com a sociedade externa.

SEÇÃO 3 – EDUCAÇÃO ESCOLAR KAMBEBA DA COMUNIDADE INDÍGENA TRÊS UNIDOS

3.1 História da Educação Escolar Kambeba

A escolarização dos povos indígenas foi impulsionada, inicialmente, pela catequização efetivada pelos missionários no período da colonização. Isso desencadeou processos diferentes na Amazônia, tanto de desvalorização das línguas indígenas quanto de costumes e de saberes tradicionais, desencadeando um sentimento de não pertencimento à identidade indígena por muitos povos tradicionais, mas, nesse processo, houve resistência e luta (Weigel, 2020).

Os jesuítas entraram, nas aldeias, com o objetivo de catequizar o povo e, ao mesmo tempo, ensinar a língua portuguesa para os indígenas passarem a praticar religião do não indígena. Por meio dessa catequização, os Kambeba, por exemplo, foram deixando de praticar os seus costumes, como suas crenças, danças, pinturas, línguas e outros saberes tradicionais que esse povo praticava. Seus benzedores e pajés foram extintos por causa da religião dos jesuítas (Weigel, 2020).

O povo Kambeba deixou de acreditar nas suas crenças indígenas e começou a usar a língua portuguesa, achando que a língua indígena não tinha mais importância para o seu povo. Segundo Weigel (2000), os interesses dos missionários pelos nativos transcendiam a questão da cristianização, pois tais ordens religiosas se configuravam como empresas prontas a explorar os indígenas visando, sobretudo, o acúmulo de riquezas para o Governo colonizador.

Segundo Ferreira (2001), o processo histórico da educação escolar indígena no Estado brasileiro pode ser dividido em quatro fases. A primeira fase se inicia com período colonial e se estende até meados de 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Consiste no período mais extenso, que objetivou aniquilar a diversidade cultural indígena e promover sua exploração. A segunda fase teve início a partir de 1910 e se estende até os meados de 1960, nesse período foi criado o SPI e a política de ensino da Fundação Nacional do Índio (FUNAI,) em que houve a articulação com missões religiosas e com o Summer Institute of Linguistics (SIL). Após cerca de quatro séculos de extermínio, houve uma preocupação com a diversidade linguística e cultural dos indígenas em seu processo de educação escolar.

Na década dos anos 70, o povo Omagua, conhecido atualmente como povo Kambeba, sofreram discriminação por não conseguirem falar a língua portuguesa. Os anos 80 marcam a

quarta fase pela iniciativa dos próprios indígenas que passaram a reivindicar uma política de educação escolar voltada aos seus interesses comuns e especificidades étnicas e culturais. A apropriação da língua portuguesa e de conhecimentos ocidentais possibilitaram, por exemplo, a busca pelos indígenas de direitos sociais como: direito à terra demarcada, saúde diferenciada, educação escolar específica (Instituto Socioambiental [ISA], site, s.d). Mesmo diante do regime militar, as lideranças e os representantes da sociedade indígena brasileira iniciaram um período de organização e de articulação política no intuito de solucionar problemas comuns, relacionados a questões da defesa do território, do respeito à diversidade linguística e cultural, do direito à assistência médica eficaz e de processos educacionais específicos e diferenciados (Ferreira, 2001).

Assim, a partir dessas articulações, os direitos adquiriram força de lei, assegurados na Constituição Federal de 1988, que se tornou propulsora da elaboração de diversas políticas públicas para os povos indígenas, a partir do direito indígena registrado na Constituição Federal de 1988, artigo 231 – “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a união demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988, art. 231)

Na década de 90, o povo Kambeba da aldeia Três Unidos sentiu a necessidade de uma escola na aldeia. O tuxaua se mobilizou e foi até a cidade de Novo Airão solicitar ao secretário de educação a implantação da escola Kambeba da aldeia Três Unidos. Nessa época, a escola foi reconhecida como escola rural ribeirinha. Por isso, começou um novo desafio para a educação escolar indígena Kambeba (ISA, site, s.d). A escola era rural ribeirinha, com o currículo de uma escola não indígena. Professor era da própria aldeia mais não se trabalhava nada sobre a educação diferenciada dos povos indígenas. Por isso, no ano de 2003, o movimento indígena do município de Manaus intensificou e fortaleceu a luta pela educação diferenciada na secretaria municipal de educação da SEMED – Manaus.

Com o crescimento da população, da aldeia Três Unidos surgiu a necessidade de acesso ao conhecimento sistematizado, que promovesse a valorização das práticas tradicionais e a afirmação da identidade do povo do povo Kambeba. A implantação da educação escolar indígena na comunidade se deu a partir da reivindicação da coletividade, liderada pela figura do tuxaua Valdomiro Cruz Kambeba e do vice tuxaua Waldemir da Silva.

Assim, a escola do povo Kambeba foi fundada em 10 de outubro de 1993, com o nome de Escola Municipal Nossa Senhora da Saúde, vinculada à Secretaria de Educação de Novo Airão e coordenada pelo professor indígena Raimundo Cruz da Silva, Kambeba. Inicialmente, a escola tinha 23 alunos matriculados, todos na educação infantil. Não tinha prédio próprio e as aulas eram ministradas na casa do senhor Waldemir da Silva, que hoje é o atual tuxaua da aldeia Kambeba em Três Unidos.

De 1993 a 2002, a escola teve o apoio da Prefeitura do Município de Novo Airão, atendendo educação infantil e ensino fundamental (antiga 1ª à 4ª série), adotando práticas pedagógicas voltadas para a revitalização da língua e cultura do povo Kambeba.

No ano de 1996, a prefeitura de Novo Airão construiu o prédio da escola, medindo 6 metros de largura com 9 metros de comprimento, composto de um depósito de alimentação escolar e uma sala de aula.

Em 2003, com a modificação da divisão político-geográfica do Estado do Amazonas, a área onde a escola está localizada passou a pertencer ao município de Manaus. Nesse mesmo ano, a escola do povo Kambeba começou a receber assistência educacional da Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

No ano de 2005, foi implantado o núcleo de educação escolar indígena na SEMED Manaus. A luta continuou para que a secretaria de educação criasse um processo seletivo específico e diferenciado para contratação de professores indígenas. Com a persistência e luta dos povos indígenas, no ano de 2007, aconteceu o primeiro processo seletivo específico para professores indígenas, sendo contratados 12 professores indígena de várias etnias. Desses dozes, um professor foi da etnia Kambeba. Nesse mesmo ano, o professor começou a lecionar na escola, utilizando a língua indígena materna e, assim, começou o processo de revitalização dos saberes tradicionais Omagua/Kambeba por meio de projetos societários de acordo com o projeto de educação da aldeia. Foi desafiador executar os projetos societário por motivo de que a própria rede municipal de ensino não reconhecia essa metodologia de ensino da escola indígena, outro desafio enfrentado pela educação escolar Kambeba foi de tornar a língua Kambeba uma disciplina obrigatória, aprovação do currículo próprio na escola Kambeba ainda é um grande desafio assim como a elaboração e aprovação do projeto político pedagógico indígena. Mesmo com essas dificuldades enfrentadas pela educação Kambeba, ainda não foi possível criar para a Escola Indígena Kanata o currículo próprio de acordo com a legislação da educação escolar indígena. Essa luta não é de agora (Ferreira, 2001).

Em 2008, foi aprovado o ato de criação da Escola Municipal Três Unidos, pela lei 1.296/08, do Conselho Municipal de Educação, tendo como professor o indígena Raimundo Cruz da Silva do povo Kambeba, contratado pela SEMED Manaus. Por meio do Decreto Municipal 1.394/2011, que dispõe sobre a criação e o funcionamento das escolas indígenas, a escola passou a trabalhar formalmente a educação escolar indígena, sendo contemplada com a contratação de mais um professor da etnia Kambeba.

Vale ressaltar que, no ano de 2009, diante da estrutura física precária da escola, a comunidade se mobilizou e ergueu um novo prédio com recursos próprios, medindo 6 m de largura com 16 m de comprimento, contendo uma sala de aula, diretoria, depósito de merenda, cozinha e um pequeno refeitório.

No ano de 2013, a Prefeitura de Manaus com se conscientizando da precária estrutura da escola, construiu um novo prédio, no mesmo local da escola anterior por meio de um projeto emergencial da prefeitura. Edificado em madeira e alvenaria, o prédio possui duas salas de aula, biblioteca, telecentro, refeitório, diretoria, banheiros, cozinha, depósito de material escolar e depósito de merenda.

No ano de 2014, a Escola Três Unidos protagonizou um fato histórico, de relevada importância para a educação escolar indígena do município de Manaus, ao compor o grupo de quatro escolas pioneiras oficializadas como escolas indígenas. Por meio da Lei nº 1.893 de 23 de julho de 2014, sua denominação foi alterada para Escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua, cujo significado é Luz do Saber. A partir desse ato, a escola passa a gozar de todas as prerrogativas legais atribuídas às instituições educacionais indígenas. Mesmo com o ato de criação aprovada como escola indígena ainda é bem desafiador pôr em práticas o que está garantido na legislação que dar direito aos povos indígena a educação diferenciada e intercultural.

No ano de 2021, o povo Kambeba obteve uma conquista histórica no município de Manaus: a aprovação pelo conselho municipal de Manaus da disciplina da língua indígena Kambeba, sendo obrigatório o seu ensino na escola Kanata T-ykua. Para tanto, os conteúdos da disciplina são desenvolvidos de acordo com os conhecimentos adquirido pelos anciões.

A elaboração desta proposta curricular da disciplina contou com a participação dos professores indígenas, pedagogos, gestores e da comunidade escolar como um todo na construção da proposta quando houve a oportunidade da aplicação do instrumento escuta pedagógica, organizado e aplicado pela equipe de assessores da Gerência de educação escolar

indígena (GEEI) da Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED e pela consultoria acadêmica articulada para este fim. Do encontro entre as ideias e as palavras escritas, o documento norteador e de instrução intenciona aproximar as práticas cotidianas das unidades de ensino indígenas que atendem aos níveis Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II no que tange ao ensino da disciplina de Língua Indígena, resguardando-se o princípio da autonomia e da singularidade pedagógica dos diferentes tempos e espaços da Educação Escolar Indígena Kambeba empreendidos na unidade de ensino indígenas da Rede Municipal de Educação de Manaus.

A proposta pedagógico-curricular para o ensino da disciplina de Língua Indígena Omagua/Kambeba surge como uma alternativa na organização do conteúdo curricular indígena, para suprir a lacuna deixada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que em seu bojo não apresentou os eixos temáticos dos conteúdos curriculares da Educação Escolar Indígena, como fez com as demais disciplinas do currículo escolar da Educação Básica (Brasil, 2017). Assim, diante da necessidade de se trabalhar um currículo específico para as escolas indígenas municipais, elaboramos esta proposta pedagógico-curricular.

A língua indígena Kambeba é classificada como pertencente ao tronco linguístico Tupi, filiada como membro da família linguística Tupi-Guarani, subconjunto III, conforme classificação de (Santos, 2015, p.33). Os Kambeba no Brasil, ainda, dominam um importante vocabulário, pertencente à família Tupi-Guarani, em momentos formais de reuniões, em dias de aulas na escola das aldeias, e entre os mais idosos e lideranças, falam significativos vocabulários que eles identificam como da língua indígena Kambeba (Boni; Kambeba, 1999).

No que diz respeito ao ensino da língua Kambeba, em Manaus, ela foi incorporada à Educação Escolar Indígena em 2007, quando a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) contratou professores indígenas para trabalhar nas escolas indígenas das aldeias e oferecer o ensino da língua Kambeba na Educação Básica. Assim, a escola assumiu o papel de promover a educação da cultura e língua Kambeba e, atualmente, parte dos membros da comunidade Kambeba ocupam cargos de Professor Indígena (Kambeba, 2018, p. 8).

Desse modo, a língua indígena Kambeba passa pelo processo de vitalização e tem no ensino da modalidade de Educação Escolar Indígena, por meio dos professores de saberes tradicionais da comunidade a importante missão de fortalecer o idioma Kambeba no seio da comunidade para que ele volte a ser um meio de interação e comunicação do povo Kambeba no ambiente sociocultural dos comunitários.

Atualmente, a escola indígena Kanata T-Ykua está situada em um novo prédio, essa nova estrutura tem seis salas de aulas, sala da diretoria, sala da secretaria, banheiros masculino e feminino para os professores, cozinha, depósito de alimentação escolar, banheiros masculino e feminino para os alunos. Temos também uma minibiblioteca e a sala de informática. Tem um quadro de funcionários composto pelo diretor escolar, três professores indígenas da própria etnia Kambeba, uma merendeira, uma auxiliar de serviços gerais, um condutor da lancha escolar e um monitor de alunos que faz o transporte dos alunos que moram distante da escola. A Escola Kanata T-Ykua encontra-se na aldeia indígena do povo Kambeba, porém, atende alunos não indígenas e de outros povos, viabilizando a interação de diferentes culturas e conhecimentos. Neste ano letivo de 2023, a escola está com 35 alunos matriculados da educação infantil e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

3.2 Desafios da Educação Escolar Kambeba

Atualmente o povo Kambeba luta pela revitalização dos seus costumes e suas tradições que foram perdidos durante décadas. A educação do povo Omagua é um projeto da aldeia que vem valorizar, respeitar e colocar em prática tudo o que foi perdido durante todos esses anos de contato devido ao contato com os não indígenas. A aldeia/escola luta pela educação escolar a partir da educação que vem da base, pois a educação escolar indígena necessita ser pensada, construindo-se relações entre a cultura dos povos indígenas e a cultura da sociedade envolvente, já que “[...] a aquisição e a apropriação das ferramentas da linguagem, em língua materna e em L2 (segunda língua), constituem um grande e denso emaranhado de questionamentos e possibilidades em ambas as culturas” (Weigel, 2000, p. 62). A autora, assim, destaca a importância da interculturalidade na construção das práticas da escola indígena. A interculturalidade crítica, segundo Catherine Walsh (2007) é:

[...] uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. [...], é um projeto de existência, de vida (Walsh, 2007, p. 8).

É na perspectiva intercultural crítica que o povo Kambeba pensa a educação escolar indígena, pois entendem como caminho viável que coaduna com o pensamento e os anseios dos povos indígenas da Amazônia, especialmente o povo indígena Kambeba, da Comunidade Três

Unidos em Manaus. É nesse fazer que se estabelecem o diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes ocidentais. Trata-se de uma perspectiva que vai de encontro a toda forma de colonização de saberes, colonização das escolas indígenas por meio do sistema dominante. Processo de colonização que causou um choque cultural, como destaca Freire (2004):

[...] os povos indígenas foram submetidos a um choque cultural, produzido pelo embate entre práticas e concepções pedagógicas bastante diferenciadas. De um lado, os princípios de uma sociedade, cuja educação não dependia da escola, da escrita e de castigos físicos. De outro, as normas e regras de uma sociedade letrada, dependente da escola e da palmatória que – acreditava-se – corrigia erros e, portanto, educava. Esse choque ocorreu em diferentes regiões do país, com consequências trágicas para as sociedades indígenas e suas culturas (Freire, 2004, p. 17-18).

Diante do exposto, pensamos que a educação escolar indígena é um processo educativo em construção, uma escola construída a partir da perspectiva educativa, sociocultural e política dos povos indígenas. Isso vem de encontro a um passado de negação, alienação e silenciamento das identidades indígenas na escola e na sociedade, como ocorreu no período de colonização e perdurou até a Constituição Federal de 1988. A partir desse documento, criou-se uma série de legislações que embasam a educação específica e diferenciada em suas formas próprias de ser e de fazer educação.

O povo Kambeba, fazendo uso de seu direito à educação específica e diferenciada, está desenvolvendo o projeto societário *Formação de novos guerreiros*. O desafio é preparar novos guerreiros para saber viver na aldeia e também no mundo lá fora da aldeia. O projeto objetiva que todos aprendam a língua portuguesa e a língua Kambeba e que os saberes tradicionais sejam vinculados com os saberes universais. Mais isso sem esquecer suas tradições e seus costumes, pois, assim como um jovem Kambeba deve saber flechar com seu arco tradicional, ele também pode aprender a flechar com um arco olímpico por exemplo.

Neste processo, o professor indígena também vive enfrentando desafios nas suas práticas pedagógicas interculturais, pois precisa que, a todo momento, saiba organizar seus planejamentos respeitando os saberes indígenas, para que o currículo da escola não indígena não prevaleça e os saberes ancestrais dos povos indígenas se façam presentes no currículo. O currículo deve ser pensado com os objetivos de atender as necessidades da educação escolar indígena do povo Kambeba. Os assuntos que deve ser presente no currículo são aqueles que são de conhecimentos tradicionais como por exemplo. As danças tradicionais, os grafismos, as comidas típicas, os artesanatos, as tintas naturais, as histórias antigas, os tessumes de cestos, a plantação dos roçados, a pescaria, os utensílios de caça e pesca, a língua indígena e suas traduções, a confecção da canoa, o remo, confecção das roupas Kambeba, a espiritualidade, a

fortalecimento da identidade Kambeba, formação de novas lideranças e as lutas do movimento indígena. Esses assuntos são de grande importância no fortalecimento da identidade indígena Kambeba, isso se faz presente na aldeia e na escola. Quando se pensa em educação escolar indígena na aldeia também deve ser pensada na educação coletiva e de que maneira essa educação deve ser pensada e repensada onde seja valorizada os conhecimentos dos anciões da aldeia e de que forma esses conhecimentos vão chegar até a escola através do professor indígena. Será de grande importância com que os conhecedores de saberes tradicionais vão até a escola para contar sobre os seus conhecimentos vivido na aldeia. Por isso é importante também fortalecer valorizar e respeitar a identidade dos anciões da aldeia.

Nesse sentido, a ação pedagógica na escola considera a relação cotidiana um dos pressupostos básicos da aprendizagem coletiva, levando em conta que cada aluno carrega consigo uma bagagem de saberes culturais ricos de significados.

Embora as orientações pedagógicas sejam emanadas da SEMED, a escola obedece aos tempos e espaços educativos próprios da cultura de seu povo. A participação da família e do coletivo da comunidade é primordial para o bom andamento do processo educativo. Os conteúdos curriculares são adaptados à realidade e ao contexto da comunidade, o que leva a uma prática pedagógica embasada no diálogo crítico e respeitoso entre a realidade dos próprios alunos e os conhecimentos vindos de diversas culturas, haja vista que a escola indígena deve possibilitar essa relação entre a educação escolar e a própria vida, em sua dinâmica histórica. Dessa forma, os conteúdos passam a ter significados e tornam-se importantes instrumentos para compreensão da realidade dos alunos.

Nesse contexto, utilizamos a metodologia de projetos para desenvolver os conteúdos curriculares. O trabalho com projetos traz uma nova perspectiva para se pensar e contextualizar o processo de ensino/ aprendizagem. Aprender deixa de ser um simples ato de memorização e ensinar não significa mais apenas repassar conteúdos prontos. Nessa metodologia, todo conhecimento é construído em estreita relação com o contexto em que é utilizado, sendo, por isso mesmo, impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes nesse processo. O aluno aprende participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. O professor ensina não só pelas respostas dadas, mas, principalmente, pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação vivenciada.

Por fim, outro desafio da educação escolar Kambeba é a elaboração do projeto político pedagógico e a aprovação currículo diferenciado da escola Kambeba no município de Manaus, haja visto que a escola indígena em estudo não possui currículo próprio ou diferenciado, trabalha com o mesmo currículo da escola não indígena, mas a equipe pedagógica da escola e as lideranças da aldeia lutam por um currículo diferenciado para a escola do povo Kambeba.

Enquanto o currículo está sendo trabalhado, a pedagogia de projeto ou projeto societário está revitalizando e fortalecendo a língua, os costumes, saberes, tradição do povo indígena para que não desapareça daqui a algum tempo esses saberes indígenas. É por esse motivo que a pedagogia de projetos surge na escola indígena municipal Kanata T-ykua.

O projeto societário consiste em vincular o currículo vindo da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Manaus - com os saberes tradicionais do povo Omagua (Kambeba). O projeto societário é escolhido pela aldeia para que seja desenvolvido no período do ano letivo. Assim, o projeto societário é visto como uma forma de oportunizar e manter o ensino tradicional Kambeba. Paredes (1996) considera relevante no processo educativo da escola indígena a prática da reflexão das problemáticas sociais vivenciadas pelas próprias comunidades, pois tal atitude a faz uma educação diferenciada. Defende que uma educação propriamente indígena precisa ser intercultural e bilíngue, a fim de reconhecer e valorizar a identidade indígena.

A educação do povo Kambeba ainda passa por grandes lutas para a valorização dos saberes tradicionais. A escolar indígena é um processo pedagógico desafiador, rico em construção de conhecimentos, de valorização das memórias das culturas e saberes de cada povo. Esses conhecimentos precisam ser trabalhados na escola, a fim de que não sejam esquecidos pelas novas gerações, pois são riquezas simbólicas e culturais. Portanto, pesquisar essa realidade com um novo olhar, o olhar de pesquisador indígena poderá evidenciar os problemas, os desafios (reconhecimento e valorização da educação indígena; currículo próprio e projeto político pedagógico; infraestrutura escolar; formação e contratação de professores indígenas; revitalização da língua Kambeba; e apoio do poder público) de se fazer educação diferenciada, mas também, poderá nos levar a conhecer essa realidade e suas possibilidades de aprimoramento e valorização no campo do saber amazônico e de suas identidades e processos próprios de educação.

3.3 O Projeto Político Pedagógico da escola Kambeba de Três Unidos

Nas últimas décadas, o sistema educacional brasileiro vem assumindo o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas na qualidade da gestão, na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar, desenvolver o currículo e trabalhar o conhecimento.

Dentro dessa nova concepção, a política educacional imprimiu várias alterações na legislação dos sistemas de ensino, fato evidente na Constituição Federal de 1988, que estabelece como princípios básicos o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a gestão democrática do ensino (Brasil, 1988, art. 206).

Entre as novas exigências da política educacional voltadas para a gestão democrática, surge o Projeto Político Pedagógico, legitimado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, que destaca, no artigo 14: “os sistemas de ensino definirão as normas e a gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” (Brasil, 1996, art. 14).

No que tange à educação escolar indígena, a Resolução nº 011/CME/2011, que aprova o Regimento Geral das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Manaus, estabelece que “o Projeto Político-Pedagógico da unidade de ensino deverá estar de acordo com sua realidade, no que concerne aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia” (Manaus, 2011, art. 42).

Na instância federal, a Resolução CNE nº 5, de 22.06.2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Brasil, 2012), corrobora a legislação anterior e estabelece, no artigo 14, § 5º que:

Os projetos políticos pedagógicos das escolas indígenas devem ser elaborados pelos professores indígenas em articulação com toda a comunidade educativa – lideranças, “os mais velhos”, pais, mães ou responsáveis pelo estudante, os próprios estudantes - contando com assessoria dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, das organizações indígenas e órgãos indigenistas do estado e da sociedade civil e serem objeto de consulta livre, prévia e informada, para sua aprovação comunitária e reconhecimento junto aos sistemas de ensino (Manaus, 2011, art. 14, parágrafo 5º).

Atendendo as exigências legais e, principalmente, visando a organização do trabalho escolar, a Escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua elaborou o projeto político pedagógico,

na intenção de beneficiar a comunidade, atendendo seus anseios, respeitando o modo de convivência de sua gente e valorizando sua cultura e sua tradição.

No ano de 2005, a Secretaria Municipal de Educação de Manaus exigiu que todas as escolas municipais elaborassem o seu projeto político pedagógico PPP. Com as escolas indígenas não foi diferente, precisou que os professores e gestores e as lideranças indígenas se organizasse para se pensar de que forma seria construído o projeto político pedagógico da escola indígena Kambeba. Só que, neste ano, a escola não tinha nenhuma legalização. Como escola indígena era reconhecida como escola rural ribeirinha, dentro da secretaria do município de Manaus, não existia nenhuma gerência ou departamento que amparasse de forma legal a educação escolar indígena no município de Manaus. Esse reconhecimento só começou existir quando um grupo de indígena se mobilizou e criou um grupo de trabalho para lutar e efetivar o núcleo de educação escolar indígena de Manaus. Mesmo com a criação do núcleo de educação escolar indígenas da SEMED – MANAUS não obtivemos sucesso na construção do Projeto Político Pedagógico Indígena (PPPI) da escola. Isso porque precisaria que a escola fosse legalizada como escola indígena municipal e com um novo ato de criação da escola. Cada momento desses citados foi dificultando a construção do PPPI. Com grandes lutas dos professores e lideranças indígenas para o reconhecimento e legalização da escola indígena Kanata, isso só veio acontecer no ano de 2011 com o Decreto Municipal 1.391/2011. Ele legalizou a educação escolar indígena no município. Mesmo assim ainda não era possível o apoio para a construção do PPPI de forma diferenciada.

A construção do PPP teve início no ano de 2010, por meio de estudos teóricos envolvendo o gestor, professores, funcionários e membros da comunidade, com assessoria dos pedagogos da Divisão Distrital da Zona Rural - DDZ e da Gerência de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação - GEEI. Desde então, se traçou uma longa caminhada, incluindo pesquisas sobre a etnia Kambeba, a história da formação da comunidade, pesquisas com alunos e comunitários, elaboração de metas, discussões teóricas.

A Gerência de Educação Escolar Indígena promoveu encontros de formação sobre a elaboração do PPPI, nos quais houve a participação das quatro escolas municipais localizadas no Rio Negro e Rio Cuieiras; o estudo do tema e as discussões coletivas enriqueceram os conhecimentos de professores e comunitários e contribuíram para uma melhor compreensão sobre a elaboração e a importância do projeto político pedagógico.

Ciente de que a escola tem o importante papel de fazer o aluno descobrir novos horizontes, novas ideias, se auto identificar, valorizar-se e valorizar o seu povo, sua cultura e suas tradições, esta escola se propõe a contribuir na transformação social, sabendo que, para tanto, precisa atender as necessidades da localidade, integrar o conhecimento científico com o conhecimento tradicional, valorizar os conhecimentos próprios da sua etnia e de outros povos indígenas e não indígenas. Para o tuxaua Waldemir (ata reunião, 04 de setembro, 2021, “os conhecimentos tradicional” e de grande importância para escola Kanata T-Ykua”. Assumindo esse papel de transformação social, a Escola Kanata T-Ykua contribui para que os cidadãos da sua aldeia caminhem com seus próprios pés, cientes de seus direitos e deveres, aptos a reivindicar os seus direitos essenciais, como educação, saúde, economia e infraestrutura.

Muitos desafios são enfrentados na gestão da escola, porém, três aspectos são relevantes: a formação de turmas de alunos em classes multisseriadas, que dificulta o trabalho do professor dentro do espaço escolar, principalmente no que se refere à metodologia e ao planejamento; a inexistência de uma proposta curricular diferenciada e específica para a escola indígena Kambeba; a falta de suporte pedagógico-metodológico específico da modalidade educação escolar indígena, que não é oferecido a contento pela Secretaria Municipal de Educação.

A superação desses aspectos negativos se faz necessária para que exista um processo educacional intercultural e para que se efetive de fato a modalidade Educação Escolar Indígena.

O ponto forte da gestão desta Escola é a atuação da comunidade, que tem sido uma ótima parceira no desenvolvimento do trabalho, dando suporte para a melhoria da educação de nossos alunos, trabalhando projetos de aprendizagem para a revitalização da língua Kambeba, das danças, dos rituais, da culinária, artesanato, da história antiga, do uso da medicina tradicional e outros costumes.

A elaboração coletiva do projeto político pedagógico da escola e a sua efetiva utilização irão proporcionar uma melhor organização dos trabalhos administrativos e pedagógicos realizados no contexto escolar.

O povo Kambeba, da aldeia Três Unidos, escola Kanata T-ykua, buscar por meio do Projeto político-Pedagógico (PPP) uma educação intercultural, bilíngue, específica, comunitária e diferenciada, pois, os pais, alunos, a equipe escolar, lideranças e os mais velhos entendem que esses princípios nortearão as ações educativas e, ao mesmo, tornará um documento que constituirá de forma sistemática a verdadeira identidade Kambeba na escola.

Para assegurar nosso processo de educação nos respaldamos na constituição federal de 1988, nos artigos. Art. 210, que trata que:

serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 1988, art. 210).

Nessa mesma linha, a Lei de Diretrizes e Base na educação - LDB, que asseguram com precisão o nosso o jeito de fazer educação. Art. 32.

O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: § 3 O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. § 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências (Brasil, 1996, art. 32).

Além da legislação, pautamos os cinco princípios da nossa educação, abordando essas dimensões conforme o nosso ver e entendimento, em que foram discutidos e apresentados de forma coletiva em uma reunião comunitária escolar.

O fato de ser intercultural é apresentada pela necessidade de um diálogo simétrico com a sociedade envolvente, que ofereça nexos de cooperação, parceria, aliança, pluralidade de ideias, convivência com respeito e aceitação das mais diferentes culturas e sujeitos. Reconhecendo, assim, as identidades, alinhando os conhecimentos indígenas e não indígena, garantindo o uso e o exercícios dos conhecimentos Kambeba e dos processos próprios de ensino e aprendizagem.

Queremos uma formação acadêmica, política, onde formam advogado, médicos, juízes, engenheiro e outros profissionais Kambeba. Não queremos mais que alguém fale por nós, devemos ser os próprios interlocutores, protagonista (...). Precisamos saber mais sobre os ataques aos nossos direitos, o que é marco temporal. Precisamos

se empoderar politicamente, homens e mulheres Kambeba (Depoimento dos pais em reunião escolar no dia 06 de setembro de 2021)

A educação bilíngue baseia-se na superação do processo histórico e a luta pela afirmação da nossa identidade Kambeba, pois as frentes colonialistas na região amazônica impactaram diretamente o nosso modo de vida. Genocídio, catequização, aldeamento, trabalho forçado, levou ao quase desaparecimento da língua Kambeba. E há mais de 25 anos, buscamos a recuperação, o fortalecimento e uso da nossa língua materna, tendo em vista sua importância no campo cultural, político e de interação social, o que nos permite transformar o ensino da língua Kambeba na escola Kanata T-ykua numa disciplina exclusiva para o ensino, fortalecimento e difusão do ensino bilíngue na comunidade.

Meu filho tem a cor branca e cabelos castanhos, todos falam que ele não é índio, então, também é por isso que quero que tenha o ensino da língua Kambeba na escola, para aprender a falar, e ser respeitado. A língua Kambeba faz parte da nossa cultura, ela é a herança do nosso povo, temos que valorizar. Queremos a língua na escola para fortalecer e reafirmar nossa história e identidade. (Depoimento dos pais em reunião escolar no dia 06 de setembro de 2021)

Buscamos a especificidade no projeto educacional porque entendemos que o modo de vida, nosso espaço geográfico, a cosmologia, a nossa forma de organização e estrutura social, nos faz ver, ser e interpretar o mundo de forma diferente, ou seja, a nossa cultura Kambeba de Três Unidos, é um processo essencial para definirmos a qualidade da educação que queremos. Nesse contexto, asseguramos os nossos conhecimentos histórico-tradicional e contemporâneo como: culinária, medicina tradicional, técnicas de caça e pesca, danças, músicas, a nossa relação com o tempo e espaço (calendário escolar), estrutura escolar, merenda escolar regionalizada e professores, gestores Kambeba. Um ensino específico e com autonomia Kambeba. Para que assim atenda nossas necessidades, pois segundo os pais:

Queremos uma educação para fazermos faculdade, mas também para aprender mais a nossa cultura, pois tenho filho que não sabe fazer nada, não sabe nem fazer uma tapioca. A nossa necessidade com a pandemia e fragilidade de nossa economia nos fez ver a importância dos nossos roçados, e a nossa escola tem que entender isso: qual o hábito de nossas crianças? O hábito mudou por causa dos pais! E hoje viciam na televisão e celular. E isso prejudica. (Depoimento dos pais em reunião escolar no dia 06 de setembro de 2021)

A prática da coletividade na educação se justifica pelo entendimento que todos e todas se sentem parte integrante do processo de ensino-aprendizagem na comunidade e escola. Nesse sentido, o modo coletivo, aplica-se no contexto pedagógico e principalmente administrativo. A nossa escola, ou escola comunitária nos oportuniza partilharmos a nossa responsabilidade com a educação, assim como unificarmos nossa força em busca do nosso direito. Dessa maneira,

avós, pais, tios, crianças e jovens da aldeia alinham-se e interconectam seus papéis na educação escolar. E esse espaço e ação coletiva são pressupostos fundamentais de nossa educação.

Sistema de colaboração com a comunidade na prática educativa ajuda o educador e torna a disciplina mais atrativa. Precisamos fazer o repasse da vida Kambeba. A escola é nossa. Todos precisam, por isso devemos cuidar. Além disso a nossa educação Kambeba é feita por todos. Todos têm o dever de educar, assim contribuir nas decisões, por isso é importante o espaço coletivo. (Depoimento dos pais e professor em reunião escolar no dia 06 de setembro de 2021)

Por fim, a educação escola Kambeba é diferenciada porque o modelo de educação implantado pelo sistema de ensino brasileiro é único e para todos. Atendendo apenas a nossa necessidade em parte. Pois além da estrutura escolar, processos próprios de ensino, professores, diretores, calendário específico e funcionários Kambeba, necessitamos dos materiais didáticos diferenciados, que fale sobre a nossa realidade. Buscamos na educação diferenciada a garantia e o reconhecimento dos nossos conhecimentos Kambeba nos processos e sistemas avaliativos de ensino, portanto, garantindo a modalidade de educação escolar indígena.

Hoje trabalhamos nossos conhecimentos tradicionais, mas o sistema avaliativo não reconhece! Muitas vezes somos confundido como educação do campo, nós não somos, aqui é educação escolar indígena. É bem diferente”. “Queremos uma educação de baixo para cima, não de cima para baixo. Já sofri muito, como aluno e como professor, os ataques racistas e preconceituosos nas escolas não indígenas, pois lá não respeitavam a nossa cultura. Nossa escola é diferente porque ela respeita nosso modo de vida, época da seca, da cheia, época de fazer roçado, o ajuri da comunidade, o nosso jeito próprio de ser. Por isso queremos a diferença. (Depoimento dos pais gestor e professores em reunião escolar no dia 06 de setembro de 2021)

Portanto, a partir do conhecimento sobre o trágico processo histórico do nosso povo, refletindo a luta no presente, nos deparamos na problemática de construir uma educação em que o sistema de ensino do estado brasileiro atenda, respeite e reconheça nossos valores e tradições. Bem como os desafios de propomos as nossas ações de fortalecimento das práticas culturais e ofertar uma educação intercultural que responda os anseios de cada família da aldeia Três Unidos, seja numa perspectiva social, cultural, econômica, profissional e principalmente humana. Assim respaldamos nosso PPPI como o projeto de vida do povo Kambeba.

O currículo da escola indígena, na sua especificidade, conta com um conjunto de saberes e procedimentos culturais produzidos pelos povos indígenas, ou seja, língua indígena, crenças, memória histórica, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais do trabalho, às relações humanas e às manifestações artísticas, conforme Parecer nº 14 de 1999, do Conselho Nacional de Educação.

As escolas indígenas deverão elaborar projetos pedagógicos e regimentos escolares que contemplem a organização das atividades escolares, independentemente do ano civil, que respeita o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas das comunidades, e os períodos escolares devem ajustar-se às condições e especificidades próprias de cada comunidade.

O currículo do Ensino Fundamental, de forma específica, propõe uma formação mais ampla de cidadania. Além do que, na sua estrutura curricular, o currículo assegura “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Brasil, 1988, 1996).

O currículo está presente desde a formação dos próprios educadores até suas práticas de atuação em sala de aula. Assim, o currículo é mais que conteúdos programáticos acordados como relevantes para a formação; são conteúdos considerados imprescindíveis para o desenvolvimento e a aprendizagem moral, intelectual e humana do homem, como está registrado nas Diretrizes Pedagógicas da Educação Indígena de Manaus.

A luta para a elaboração do currículo da escola indígena Kambeba teve início desde o ano de 2014, quando foi realizada a primeira reunião para criar proposta e ter as primeiras discussões sobre o currículo. Neste período, reuniram-se professores indígenas, lideranças, anciões e representante da secretaria de educação de Manaus, professores pesquisadores da universidade estadual do Amazonas –UEA e da Universidade Federal do Amazonas - UFAM para discutirem a melhor forma de organizar e construir um currículo próprio para a escola indígena Kanata T-ykua. A elaboração do currículo específico e diferenciado da escola Omagua/Kambeba não teve continuidade por falta de interesse dos responsáveis pela secretaria de educação de Manaus, devido à dificuldade pelo não entendimento da legislação da educação escolar indígena. Sendo que o maior interesse era dar apoio ao projeto da educação do campo.

Atualmente a construção do currículo da escola Kanata ainda se passa por grande discussão e reflexão sobre o currículo diferenciado. As lideranças da comunidade indígena Três Unidos e seus indígenas professores continuam na insistência de que o currículo diferenciado é a melhor forma para o reconhecimento da educação intercultural Kambeba. Mesmo o currículo em fase de construção por parte da escola/aldeia a organização pedagógica e a equipe escolar vem se empenhando em trabalhar na valorizando dos conhecimentos ancestrais do seu povo e sempre fortalecendo a identidade e a cultura Kambeba. E ainda existe uma grande resistência por parte da secretária de educação de Manaus, o maior desafio para a provação do currículo da escola indígena é por falta de comprometimento do lado do poder público, sempre não dando

a importância e atenção para os direitos da educação dos povos indígenas. Pelo visto ainda é um grande desafio a ser conquistado. Por esse motivo a escola Kanata T-ykua até nesse momento não conseguiu aprovar o seu currículo próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou uma análise sobre a educação intercultural e bilingue do povo Kambeba da aldeia Três Unidos, localizada às margens esquerda do Rio Negro, marcadamente na escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua. Lá os Kambeba, promoveram processos de (re) afirmações identitárias, sendo a escola um instrumento fundamental para isso. Deste modo, ao reviverem a língua, a cultura e as tradições, verifica-se que os conhecimentos e os valores étnicos vão, aos poucos, saindo da invisibilidade dos séculos XIX e XX, deixando para trás o silêncio de quase dois séculos. Para os Kambeba, a escola é um espaço de grande importância, onde são retomados e valorizados a língua, a dança, as narrativas, as suas histórias a comida e outros aspectos culturais. É no espaço da escola que são tomadas e planejadas as decisões para o bom funcionamento da vida em coletividade. Assim, para que a educação intercultural na escola seja praticada o projeto societário é uma ferramenta que fortalece as práticas pedagógicas interculturais, partindo de um tema gerador que é escolhido pela aldeia e que atenda às necessidades do ensino e aprendizagem dos alunos para que seja revitalizado a língua e a cultura Kambeba. O projeto permite que os estudantes indígenas se auto identifiquem, se valorizem e valorizem o seu povo, expressando e enriquecendo os saberes tradicionais, desenvolvendo o cognitivo, ressignificando o fazer pedagógico de modo que o espaço de aprendizagem não se limite às paredes da escola.

A integração do currículo possibilita que os alunos, por meio dos conhecimentos tradicionais, desenvolvam os conhecimentos científicos universais, visando à transformação social por meio da valorização dos conhecimentos próprios do povo Kambeba. A escola Kanata T-Ykua desenvolve parte da epistemologia dos conhecimentos tradicionais por meio dos projetos societários para potencializar o ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos, visando um ensino aprendizagem da sua cultura de forma intercultural bilingues. Assim são praticados suas festas e rituais, que revitalizam os laços enquanto coletividade no território Kambeba.

O povo Kambeba ainda continua em mobilização na atualidade, na medida em que é necessário o apoio do poder público para garantir os seus direitos indígenas Kambeba. Os Kambeba da aldeia Três Unidos são um povo que têm na escola um instrumento vital nos processos de (re)afirmações étnicas. Os indígenas professores lutam pela concretização desse direito em seus territórios, e, por iniciativa própria, promovem a educação específica, bilíngue

e diferenciada, que contribui não somente no fortalecimento das identidades, mas também na construção da cidadania.

Os Kambeba de Três Unidos continuam atualmente o fortalecimento de suas identidades, mesmo com a influência da sociedade não indígena, assim como os governantes, que insiste em negar os direitos e a própria presença desse povo na região do baixo rio Negro, na boca do rio Cuieiras.

Diante do exposto, as contribuições do presente trabalho para o povo Kambeba são diversas e abrangem aspectos culturais, educacionais e sociais. Em primeiro lugar, o estudo evidencia a importância da educação intercultural e bilíngue na promoção de processos de (re)afirmações identitárias do povo Kambeba na aldeia Três Unidos. A escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua, como um espaço central, possibilita a revitalização da língua, cultura e tradições Kambeba, resgatando saberes que foram silenciados por quase dois séculos. Dessa forma, a educação intercultural contribui para que a língua, as narrativas, danças, comidas e outros elementos culturais sejam retomados e valorizados, tirando o povo da invisibilidade histórica.

A escola também serve como um espaço para a tomada de decisões coletivas e para a construção de um projeto societário, que fortalece as práticas pedagógicas interculturais. Esse projeto, desenvolvido a partir de temas geradores escolhidos pela própria aldeia, visa atender às necessidades dos estudantes indígenas, promovendo o ensino da cultura e da língua Kambeba. Isso permite que os alunos se auto identifiquem e valorizem sua própria etnia, ao mesmo tempo que integram os conhecimentos científicos universais com os saberes tradicionais. Bem como, a prática de festas e rituais no contexto escolar revitaliza os laços comunitários no território Kambeba. A educação, portanto, não se limita ao espaço físico da escola, mas se expande para a vida coletiva e a cultura do povo, promovendo uma transformação social por meio da valorização dos conhecimentos tradicionais.

Por fim, o trabalho ressalta a contínua mobilização dos Kambeba para garantir seus direitos, especialmente no contexto da negação de sua presença e direitos por parte de setores da sociedade e do governo. Nesse sentido, o estudo contribui para o registro e valorização da presença e cultura do povo Kambeba na região do rio Negro, destacando a importância de seu reconhecimento tanto pela academia quanto pela sociedade em geral. Ser Kambeba é ser o povo das águas.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. **Indígenas no ensino superior**: novo desafio para as organizações Indígenas e Indigenistas no Brasil. Revista Amazônida, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, ano 14, n.2, 2009.

BAPTISTA, G. C. S & Carvalho, G. S. de. (2012). **Working conditions of school and teacher training in science**: a study with teachers of biology of Bahia, Brazil. Procedia - Social and Behavioral Sciences. 55, 57-61.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE nº 14, de 14 de setembro de 1999a**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Ministério da Educação, Planalto, 1999a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE nº 03, de 10 de novembro de 1999b**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas. Ministério da Educação, Planalto, 1999b.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999.

CAVALCANTE, Lucíola Inês P. C. **Formação de Professores na Perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia**. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr, nº 22, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a03>>. Acesso em 28.06.2014.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC. Tradução de Viviane Ribeiro, 2000.

DALMOLIN, Gilberto Francisco. **O papel da escola entre os povos indígenas**: de instrumento de exclusão a recurso para a emancipação sociocultural. Rio Branco: EDUFAC, 2004, 425p. Série Dissertações e Teses.

FERREIRA, Mariana. K. L. **A educação escolar indígena**: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana K. L. (Org.). **Antropologia, História e Educação**: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004

GATTI, B. A. (2010). **Formação de professores no Brasil**: características e problemas. Educação & Sociedade, 31(113), 1355-1379.

- GEERTZ, C. A. (1989). **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Afiliada
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [ISA]. **Kambeba**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kambeba>. Acesso em: 12 set. 2024.
- LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 17ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Reflexividade e formação de professores**: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MACIEL, Benedito, 2007, 'Kambeba', Povos Indígenas do Brasil, Instituto Socioambiental, São Paulo.
- MALDANER, O. A. (2000). **A formação inicial e continuada de professores de química**. Ujuí: UNIJUÍ.
- MELIÁ, Bartomeu. **Educação Indígena na escola: educação indígena e interculturalidade**, Cadernos Cedes 49. 2000. Disponível em: <<http://www.educampoparaense.org/arquivo/pdf>> Acesso em 20.10.2014.
- PAREDES, José Bolivar Burbano. **Educação indígena e identidade**. In: ASSIS, Eneida (Org.). **Educação Indígena na Amazônia: Experiências e Perspectivas**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, 1996.
- SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília, 2015.
- WEIGEL, Valéria Augusta C. de M. **Escolas de branco em malokas de índio**. Manaus: EDUA, 2000.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Referências documentais

- Ata de reuniões da escola Kanata t-ykua 13 maio de 2016;
- Ata de reunião da escola Kanata t-ykua, 4 de setembro de 2021;
- Ata de reunião da escola Kanata t-ykua, 2 de outubro de 2021

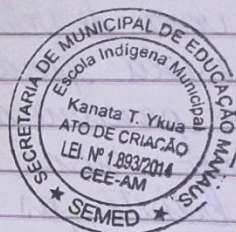
ANEXOS – ATAS DE REUNIÕES DA ESCOLA KANATA T-YKUA

Reunião Escolar PPP e sua construção



Deu-se o início da reunião na manhã do dia 13 de maio de 2016. Com a assessora Tânia falando a importância do PPP e como se planejar e deve ser construído com a comunidade, que o projeto deve ser escolhido pela comunidade onde todos devem conhecer, no conselho escolar, a nossa escola tem pouco aluno e fizemos um consórcio com outra escola, como podemos melhorar na parte prática e o que vem de verba para a escola, grupo de WhatsApp da escola para dar as informações e arrecadação R\$-MIK, sendo parceria da escola. A escola tem outras parcerias como SESAC, FOS e EBERESTAR, usamos internet, carta e bilhete, as crianças e Solidariedade, cooperativa com outra formando um bom cidadão e consciente na sociedade, participação do Turaua e efetiva na comunidade e escola sempre visando o bem para todos não só para ele. Gestão de recurso educacional, reunião de pais, como está sendo aplicado o trabalho, se melhorou o que devemos fazer, trabalhamos a aula de esforço e todo o aluno tem muita vontade de estudar, IDEB, ADE criou um índice de avaliação para os alunos, criamos um plano de ação para melhorar cada vez mais o aprendizado do aluno, que tiveram pouco rendimento. Não está vindo uma merenda diferenciada para as escolas indígenas. Satisfação dos estudantes, transparência dos resultados dos estudantes são passados na reunião, grupo de informação, Brumilde to do que falavam foi repassado, Guibison que os professores são bem participativos, Brumilde foi bom e os pais ficam informados, Raynate tem informação sobre a escola, Edgore está bom, Sebastião em tudo ótimo, Tatiane os professores informam a gente do

que acontece dentro da escola e sua Sugestão,
Aleguisandro e muito bom a participação da gen-
te na escola, Alessandra que eu não tem nada
para reclamar e os professores estão trabalhando
bem, Divino nos pais temo que tá informado
do que tá acontecendo com nossos filhos na esco-
la, tem triste por causa da merenda que está
pouco e devemos andar junto escola e Saúde. Gestor
Raimundo o nosso PPP vai da certo para trabalhar
na escola com as crianças.



Brunilde dos Santos Silva

Diamantina Cruz

Divino Cruz da Silva

Edifane Marinho Cavalcante

Raimete Dias da Silva

Bruniele dos Santos Silva

Sebastiana Vagen Diniz

Tatiane Pereira da Costa

Aleguissondra G. Xavier

Alessandra G. Xavier

Mário dos Santos Cruz

Deuzinei Braga da Silva

Reitor dos Santos Silva

Tere Cruz

Raimundo Cruz da Silva

Vânia Lima dos Santos

Adelson Cruz da Silva

Ata de reunião PPP

32

Co dia 04 de setembro iniciou a reunião às 8h da manhã na Escola Indígena Kamata Y-gua com os Gestor, professores, pais e responsáveis de alunos. Com a fala do Gestor falando sobre o II tópico do PPP. Projeto político pedagógico. Escola de um pai de aluno para ser representante da comissão do PPP. Onde o Mário Cruz ficou como representante. a maioria de toda a comunidade aprovou. Também teve a escolha de uma jovem onde o Ramilson Dias da Silva ficou como o representante da comissão. teve a escolha de um representante da saúde indígena quem assumiu foi Divino Cruz da Silva. Teve a escolha de uma representante da igreja onde a Neucilene Cruz assumiu. O motivo de fazer o PPP onde falamos como organizar o PPP ~~em~~ que deve ser ensinado para a turma de Educação Infantil, Bloco pedagógico e 4º e 5º ano.

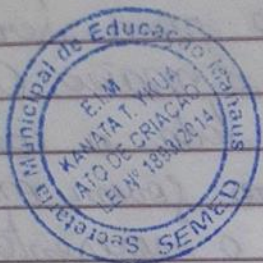
O professor Tomé Cruz teve a fala sobre a disciplina de língua Kamtela, como fortalecer a cultura e a língua Kamtela, os conhecimentos dos saberes tradicionais. continuando com a fala do gestor Raimundo Cruz falando como organizar o PPP. Que tipo de Educação eu quero para o meu filho? por que querem as crianças Kamtela aprender os saberes tradicionais da povo Kamtela. Divino Cruz tem a fala da grande importância de ter os saberes tradicionais em sala de aula, as danças, comidas típicas, bebidas, arco e flecha.

Raimilson falou sobre como a cultura Kamtela e de grande importância ser ensinado os saberes tradicionais. Uma fala da mãe de aluno falou que a cultura de seu povo tem que ser ensinado na escola, para fortalecer a vivência sua identidade e seus valores.

O turma Waldemir sobre o fortalecimento da cultura Kamtela, afirmou que os conhecimentos tradicionais.

58

é de grande importância a ser trabalhado na
escola Indígena Kanata R'ykua.



- 01 Mikael Almeida Vieira
- 02 Zizeo Cruz da Silva
- 03 Vitória Dinis Contrreira
- 04 MARCO DOS SANTOS CRUZ
- 05 Tainara Da Costa Cruz
- 07 Tainara da Costa Cruz
- 08 Tailane do Costa Cruz
- 09 Neuvilene Cruz da Silva
- 10 Jervane Barbosa da Silva
- 11 Thuzionia Cruz Barbosa
- 12 Cristiane Silva Cruz
- 13 Antônio Filho Pontes de Araujo
- 14 Jecimiraldo Pontes
- 15 Secarra Gomes Pontes
- 16 Thais Pontes de Araujo
- 17 Ingrid Dinis Carvalho
- 18 Edigelson Silva de Moraes
- 19 Sulimete Cruz Dias
- 20 Diamantina Cruz
- 21 Francisca Gomes
- 22 Suiziane Pontes Ferreira

- 23 Suelly gomes Pontes
- 24 Damiele Cruz Gomes
- 25 Daniel Cruz Gomes
- 26 Damill Cruz Dias
- 27 Maria Lucio Braga Cruz
- 28 Raimunda Rodrigues Marques
- 29 Maxina Melquides Cruz
- 30 - MATheus PINIS DA SILVA
- 31 - Laudiano de Almeida
- 32 - ~~Amerson~~ ~~Silva~~
- 33 - Ingrid Naiany Cruz Dias
- 34 - Vânia Lima dos Santos
- 35 Sebastiana Vazquez
- 36 Adelson Cruz da Silva
- 37 Tomé Cruz
- 38 Rayara da Silva Pontes
- 39 - Raylene Dias da Silva
- 40 - Brunilde dos Santos Silva
- 41 - Waldemir de Silva
- 42 - Divino Cruz da Silva
- 43 - GIOVANA BARBOSA DA SILVA
- 44 - Raynate Dias da Silva
- 45 - Ubaldo Gomes Pontes
- 46 - Raimundo Cruz da Silva

Topico 3 do PPP

Deu-se início da reunião às 08:00 da manhã do dia 02 de outubro de 2021. Com a fala do gestor Raimundo Cruz da Silva da Escola Indígena Komata F-Xhua falando a importância da construção do PPP com as seguintes perguntas onde são formados grupos de jovens, lideranças, turaua, anciões.

Que tipo de escola queremos construir? Que tipo de pessoas queremos formar? O que a comunidade pensa sobre educação indígena? Que tipo de sociedade queremos, queremos?

Foram formado grupos de jovens, Jovens, lideranças, anciões onde trazem os princípios da Educação Escolar Indígena nesse sentido, cabe abrir debate um debate sobre o que os comunitários (membros da aldeia) querem para ser trabalhado na escola. O grupo Wakamainu apresentou que tipo de Educação quer que seja trabalhado (trabalhar os valores Kambeba, merenda diferenciada, danças, comidas, bebidas, vestuários). O Turaua Waldemir fala da valorização dos conhecimentos tradicionais: a arte, grafismos, professores indígenas qualificados para atuar na Educação escolar indígena.

O grupo Muimua falou como valorizar os ensinamentos dos conhecimentos dos anciões, os histórias, comidas típicas, respeitar e valorizar as pessoas de diferentes culturas. O Turaua Waldemir falou novamente da valorização do professor indígena, o respeito e a união entre alunos e a equipe escolar.

O professor Tomé Cruz fala da criação dos pais novos como podemos ser trabalhado e em como a Educação dos jovens pais são e estão se construindo. O grupo Tenura formado de jovens fala da formação de jovens líderes, jogos indígenas, profissionais indígenas Impedidos, participar das aulas dos conhecimentos

dos tradicionais. O gestor Raimundo Cruz complementa como ser trabalhado a cultura indígena, a importância de ter jovens líderes, O professor Tomé Cruz fala sobre a participação das pessoas, a importância da resignificação de criar novos instrumentos. O professor Mário Cruz fala das pessoas que querem formar: o empoderamento, a identidade dos jovens indígenas Kambela. O grupo Iauari formado de idosos fala que tipo de sociedade queremos construir na comunidade? valorização dos conhecimentos tradicionais, respeito, participação, revitalizar os valores, a união, os ensinamentos dos pais passando de geração a geração. O gestor Raimundo complementa que tipo de educação queremos para a comunidade. Três Unidos: Queremos uma Educação de qualidade, específica, diferenciada, e que só assim teremos uma aldeia melhor e feliz, com valorização e união. Sem mais nada a declarar eu Raynate Dias da Silva encerro essa pauta.

- 1 01 Dívino Cruz da Silva
- 1 02 Diamantina Cruz
- 1 03 Neuclene Cruz de Silva
- 1 04 Nelson Silva de Moraes
- 1 05 Neuclene Silva de Moraes
- 1 06 Tainara da Costa Cruz
- 1 07 Tainara da Costa Cruz
- 1 08 Georjane Barbosa da Silva
- 1 09 Socorro Gomes Pontes
- 1 10 José Nivaldo Pontes
- 1 11 Tainara da Costa Cruz
- 1 12 Cristiano Silva Cruz
- 1 13 Francisca Gomes
- 1 14 Juarez dos Santos

